

* A colecção Retratos da Fundação traz aos leitores um olhar próximo sobre a realidade do país. Portugal contado e vivido, narrado por quem o viu — e vê — de perto.

Alentejo prometido

Henrique Raposo



Largo Monterroio Mascarenhas, n.º1, 8.º piso
1099-081 Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

Director de publicações: António Araújo
Título: Alentejo prometido
Autor: Henrique Raposo
Revisão de texto: Joana Vicente Pinto
Design: Inês Sena
Paginação: Guidesign
Impressão e acabamento: Guide – Artes Gráficas

© Fundação Francisco Manuel dos Santos e Henrique Raposo
Janeiro de 2016

ISBN: 978-989-8819-26-0
Depósito Legal n.º ??????/15

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos. O autor escreve segundo as normas do Novo Acordo Ortográfico. A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada ao autor e ao editor.

Para as minhas avós,
para as minhas filhas,
para a “Marta”

“Aonde pertencerei? De verdade e por inteiro, a parte nenhuma. A terra onde nasci tornou-se-me estranha como um teatro, quando estou nela tenho a ideia de que represento um papel. A outra, outro vivo há mais de meio século, dá-me por vezes a ideia de um navio que se afasta e me deixou no cais. Procurar outro poiso? Nem a idade mo permite nem as amarras o deixariam. Porque é isso: não pertenço, mas é muito forte o que me prende”.

J. Rentes de Carvalho

“Well, once there was only dark. If you ask me, the light’s winning.”

Nic Pizzolatto

Capítulo I	11
Capítulo II	27
Capítulo III	43
Capítulo IV	69
Capítulo V	81
Capítulo VI	97
Agradecimientos	105

I.

Dez e meia da manhã, sábado, 20 de Julho, igreja de Vila Nova de Santo André, Santiago de Cacém. Quando chegámos, o casamento já tinha arrancado e o resto da família já estava dentro da igreja. Ou melhor, primas e tias estavam lá dentro, tios e primos estavam cá fora. A teologia não corre forte na família. Dentro dos possíveis, o padre cumpria o menu da manhã: casar o primo Rafael, batizar o mesmíssimo Rafael e ainda batizar a filha do Rafael, fruto da união de facto agora consagrada aos olhos da lei e de Deus. No Alentejo a Igreja tem de ser assim: portátil e flexível ao jeito de uma promoção. E também é por isso que um casamento de alentejanos dentro de uma igreja é sempre um momento de humor involuntário.

Se a igreja de Santo André é feia no exterior, é inóspita no interior. As paredes estão nuas e pintadas num branco-marquise; não há quadros, tapeçarias, estátuas ou ornamentos de madeira; nada absorve o som, todas as palavras fazem ricochete e a inevitável cacofonia de ecos torna impossível o trabalho do padre. Ele fala, mas ninguém ouve – o que não deixa de ser uma bênção para o típico auditório alentejano. Este não foi exceção. As tias estavam ali por cerimónia, não por piedade; as primas mais novas enchiam a boca num balão de tédio e dedilhavam mensagens no telemóvel com o habitual frenesim; os namorados e amigas que ficaram em Loures, Santa Iria da Azóia, Queluz ou Lisboa tinham de ser informados minuto a minuto; as primas mais velhas tentavam controlar os gaiatos que haviam transformado

os genuflexórios em pistas de carrinhos e os bancos em palcos de luta entre *playmobils*; um dos gaiatos, no exato momento em que o padre invocou o “Pai Nosso que estás no céu”, resolveu limpar o nariz com enorme denodo litúrgico, colocando de seguida o muco debaixo do banco. Não pude deixar de rir às gargalhadas. Os nossos casamentos sempre foram assim, caóticos e cómicos. Até era tradição repetir a seguinte cena: quando o noivo iniciava os seus votos (“juro amar-te e respeitar-te”), os primos invadiam a igreja para gritar “mentiroso” ou “aldrabão”. Estas cenas não se repetem há anos, porque alguns casaram com mulheres católicas que têm emprestado outra gravidade às cerimónias. A minha mulher é um bom exemplo. Na primeira vez em que participou num casamento da família, a Ana não escondeu a irritação perante o nosso desprezo histriónico pelo ritual. “Se não acreditam, porque é que vêm casar à Igreja?”, perguntou revoltada. “A Igreja não é um salão de cerimónias ou um estúdio de fotografias”. Hoje em dia já não se indigna, já está habituada à família pagã que lhe calhou na fava teológica. Naquele sábado em Santo André, limitou-se a encolher os ombros e a deixar cair aquele sorriso católico. Seremos salvos mesmo contra a nossa vontade, não é? Sorri de volta, dei-lhe um beijo e saí, deixando a cerimónia a meio. A nossa filha mais velha quis sair comigo, mas insisti para que ficasse.

Cá fora, no pátio da Igreja, andei a contar cabeças e só dei por uma falta. Uma falta grave, diga-se: a Margarida, a minha prima favorita; foi trabalhar para Lisboa no final dos anos 90, tornámo-nos amigos e confidentes; não a via há muito porque está emigrada. Caminhei até à ponta do pátio para esclarecer a ausência junto do seu pai: tinha tido problemas na ligação do avião, talvez conseguisse chegar a Lisboa ao meio-dia, talvez aparecesse no copo-de-água à tardinha. Resolvido o mistério, voltei ao centro do pátio onde o meu pai, o meu irmão, tios e primos falavam do

Benfica, dos novos empregos pós-ressaca da crise, dos que continuavam no desemprego, do novo sistema de rega que poupa água, da casa de turismo rural que abriu na aldeia dos avós, da época balnear que já enchia as praias da zona (Lagoa, Mil Fontes, Porto Covo, São Torpes), da outra prima que tinha emigrado para as Áfricas, dos navios titânicos que hoje em dia aportam em Sines e das formas volumétricas de uma convidada da noiva. Não, a teologia não é o forte da família.

O humor involuntário da cerimónia relaxou-me. Os últimos dias tinham sido de ansiedade. O copo-de-água ia ser na aldeia da família, um local que eu não visitava há dezasseis anos. Em 1999, quando já não podiam estar sozinhos, os meus avós saíram da aldeia e foram morar com os filhos (meu pai e tios) emigrados na Grande Lisboa. Desde essa altura, nunca mais senti vontade de voltar aos Foros da Pouca Sorte, o nome da aldeia situada no perímetro de São Domingos, uma das freguesias interiores de Santiago do Cacém. Na verdade, nunca mais senti vontade de voltar ao Alentejo; mantive forte ligação com duas primas alentejanas, a Margarida e a Marta, mas esta dupla amizade não significou interesse pelo Alentejo. Nem a moda do turismo alentejano que crescia imparável entre amigos lisboetas me retirou deste torpor. Mas agora não tinha escapatória. O regresso estava a ser imposto pelo casamento do Rafael, um dos poucos primos que sempre viveu no Alentejo, visto que o seu pai, o tio Mário, não migrou para a Grande Lisboa. São contas fáceis de explicar: os meus avós paternos tiveram dez filhos entre 1939 e 1959; em 1965, migraram para a Cintura Industrial de Lisboa ou Margem Norte (Sacavém-Loures-Vila Franca de Xira), levando consigo os oito filhos mais novos (meu pai incluído); os dois mais velhos, Francisco e Mário, ficaram no Alentejo porque já tinham casado. Em 1979, ano em que nasci, os avós regressaram à aldeia

depois de casarem o meu tio mais novo em Santa Iria da Azóia; em 1999, voltaram à Grande Lisboa para morrer. O avô Inácio morreu em 2004, a avó Diamantina em 2008.

Estava ansioso porque sentia a óbvia ponta de traição. Dezas- seis anos é muito tempo, é quase metade do meu tempo de vida. Mas a verdade é que me habituei a fazer férias no norte e sinto cada vez mais vontade de conhecer o além Mondego, Coimbra, Figueira, Costa Nova, Barra, Aveiro, Caminha, Melgaço, Porto, Bragança. Por outro lado, não sabia como é que a Ana, criatura do norte, iria reagir ao Alentejo. Como quase toda a gente, ela encarava o sul através de duas lentes desfocadas: o neorealismo do passado e a moda do turismo do presente; o Alentejo saltou do Baleizão neorealista para o mapa do escapismo burguês, mas o retrato continua a ser impreciso e dependente de quatro cli- chés, o silêncio, o calor, a planície, a alegada bondade do povo das aldeias. Como reagiria ela aos verdadeiros alentejanos? Para começo de conversa, devo dizer que escolhi a pior cidade possí- vel para iniciar a apresentação. Vila Nova de Santo André não tem um grama da essência alentejana. Esta cidade de 11 mil habi- tantes é um dormitório igual a dezenas de outros dormitórios em redor de Lisboa; se Vila Viçosa é um pedacinho de Viena de Áustria, Santo André é um pedacinho de Amadora ou Odivelas. Até tem ar de bairro social. Quando ali se entra, o Alentejo fica à porta e só vemos fileiras de caixotes com dois e três andares.

No início dos anos 70, ainda antes do 25 de Abril, Vila Nova de Santo André foi construída de raiz para ser o dormitório do complexo industrial de Sines. Não há nada similar na história portuguesa. Santo André é a nossa pequena Brasília. Passados quarenta anos, é isso que ainda incomoda: o ar artificial, geomé- trico e ahistórico da engenharia social. Os responsáveis aplicaram um modelo matemático a um pinhal, derrubaram os pinheiros,

fizeram as estremas na areia e construíram os prédios que acolheram operários e retornados. Sim, retornados. A par do Vale da Amoreira (Barreiro), Santo André deve ser o único grande refúgio de retornados a sul do Tejo, o que torna esta cidade ainda mais exótica. É que no Alentejo o retornado está ao nível do gambuzino. Com duas exceções, todos os concelhos alentejanos tinham nos anos 80 percentagens reduzidas de retornados na população total: a esmagadora maioria oscilava entre os 0% e 2,4% e alguns atingiam a marca 2,5%-4,9%. Quais eram as duas exceções? Os dois concelhos da minha família: Santiago do Cacém (devido a Santo André) e Sines, a Babilónia local; ambos atingiam os 7,5-10%. Portanto, não é de espantar a inexistência de identidade alentejana nas pessoas de Santo André. Há uns anos, quando jogavam basquetebol, futebol ou hóquei contra os rivais de Grândola e Santiago, os miúdos de Santo André tinham um insulto reservado para os adversários: “você, pá, são alentejanos!”. E esta garotada nunca teve sotaque alentejano, já falava à lisboeta nos anos 80 e 90. Não, não era por acaso que os meus pais desviavam a rota das férias desta estranha cidade, talvez a mais alienígena do país. Santo André fica no Alentejo, mas não é Alentejo.

Finalizada a cerimónia, formou-se o habitual comboio de carros em direção ao copo-de-água. Apitando as buzinas como loucos, saímos da areia branca de Santo André e entrámos na Nacional 261. Pouco depois já estávamos em Santiago de Cacém. Agora, sim, a Ana podia ver uma cidade alentejana tradicional, pitoresca, com um passado orgânico de séculos. Servindo de cicerone, o meu pai lá ia informando a nora: gabou a escola onde a minha mãe fez o exame da quarta classe, elogiou as velhas casas senhoriais da avenida, apontou o caminho que nos levaria mais tarde à casa da prima Marta onde iríamos dormir, invocou a presença do castelo

lá em cima e do estádio Miróbriga à esquerda. A apresentação foi curta porque saímos de imediato da cidade em direção ao cerro que cerca Santiago a leste. Cerca Santiago e sempre cercou a minha imaginação. Esta paisagem assusta-me deste garoto. São curvas e contra-curvas, altos e baixos, sempre rodeados por um arvoredado ralo e selvagem; é verdade que não tem a humidade e a densidade necessárias para impor a atmosfera fantasmagórica da Floresta Negra ou dos Cárpatos, mas o aspeto disforme e ressequido destes sobreiros e zambujeiros antiquíssimos cria uma aura de abandono. É uma paisagem pós ou pré humana.

Dez ou quinze minutos depois, o terreno readquiriu a planura habitual e alcançámos outra terra fundamental do meu estendal de memórias, São Domingos, a sede de freguesia da família. Esta aldeia é decorada por um pequeno rasto verde criado pela ribeira de São Domingos, o curso de água que vai desaguar na ribeira de Campilhas que, por sua vez, vai desaguar no rio Sado já em Alvalade (15km para o interior). Aproveitando as duas ribeiras, as gentes locais conquistaram espaço ao deserto e produzem arroz do Sado em enormes paus que emprestam um sorriso verde à paisagem; um sorriso verde e branco, porque os arrozais atraem um exército de cegonhas que massacra as rãs e os lagartos que se escondem no arroz. Deixando para trás este holocausto anfíbio, virámos para sul nos Foros da Casa Nova em direção aos Foros da Pouca Sorte, a aldeia da família cujo perímetro emocional começa na Barragem de Fonte Serne, o lago de água preta onde aprendi a nadar. A água é escura ao ponto de parecer uma mancha de petróleo arábico. Apesar de sinistra, a cor tem explicação simples: o chão desta região é areia negra. Não é terra, é areia; areia tismada como se fosse carvão. Esta escuridão anormal, quase pós-apocalíptica, sempre me transmitiu a sensação de que estávamos a entrar noutra tempo ou noutra dimensão. Passados

dezasseis anos, a sensação de teleporte continua intacta. Ao atravessar a reta de quilómetro e meio entre a barragem e a aldeia, senti-me de novo autorizado a pensar no Alentejo enquanto espaço de fábula negra onde são possíveis pragas de Velho Testamento como as vagas de gafanhotos africanos que eu caçava com o mata-moscas da avó Diamantina.

Parámos o carro logo à entrada da aldeia junto a um casão de tijoleira cinzenta sem reboco, o salão de bailes onde iria decorrer a festividade. Não parecia haver nada de novo na aldeia, a não ser uma casa de turismo rural muito apreciado por casais holandeses à procura de sexo debaixo de céu estrelado e cartazes de bailaricos com aspeto e caligrafia à Anselmo Ralph (já não se diz *acordeão* ou *acordeom*, agora é *akordeon*). Saímos do carro, esticámos os corpos cansados. Eram duas da tarde, e a esta hora o Alentejo não cheira nem soa a nada. O calor abafa tudo. Só sentimos o pó, na garganta já devidamente terrincado, e no rosto onde se junta ao suor para formar uma película pastosa que nos envolve como uma segunda pele. “Foram 45 minutos e nem sequer saíste do mesmo concelho”, dizia o meu pai para a Ana. Enquanto esperávamos pelos noivos junto às mesas recheadas de presunto, chouriço, queijo de cabra e cerveja Cristal, o meu velho continuou a esmagar a nora com as distâncias alentejanas, usando para o efeito a nossa viagem padrão dos anos 80 e 90: da Pouca Sorte até às praias (36km). Saíamos daqui cedinho no nosso primeiro carro, um Fiat 127 azul-escuro que tinha bancos de napa e um ronco maravilhoso quando se metia a quarta! Continuávamos a reta que vem da barragem, passávamos numa herdade chamada Tarrazina e os Foros da Caiada, passávamos por cima da ribeira de Campilhas e dos canais de rega, entrávamos na Nacional 262 em direção à costa, passávamos o Cercal onde comprávamos sumos e sandes, apanhávamos a Nacional 390, víamos a casa do filme a

“Casa dos Espíritos” e galgávamos mais uns quilómetros ouvindo aquele ronco italiano! Depois era só escolher a praia, São Torpes ou Vila Nova ou Furnas ou Malhão. Durante minutos, o meu pai recordou esta epopeia com um entusiasmo de garoto, falando até com as mãos, o que é raro.

Sempre assumi que não ficávamos a passar férias junto ao mar porque não tínhamos dinheiro, mas depois de assistir a este raro entusiasmo oratório percebi que não era bem assim. Nós ficávamos na Pouca Sorte ou numa aldeia próxima (Bicos), porque o meu pai adorava vencer as distâncias numa espécie de vingança retroativa contra o Alentejo. No passado, quando o máximo de cavalagem à disposição era a burra da avó, Santiago do Cacém era um destino raro e a costa ficou por ver. O meu pai e irmãos viram o mar pela primeira vez quando – na rota do êxodo rural – cruzaram o Tejo no barco que apanharam em Cacilhas em 1965. As distâncias aqui eram mesmo inultrapassáveis. De Alvalade do Sado até Sines era um dia inteiro a cavalo. Foi pelo menos esse o tempo que D. Miguel demorou no terceiro dia da viagem entre Évora e Sines onde embarcaria para o exílio. Em 1960, o meu pai vivia nesse mesmíssimo Alentejo de 1836. Para se perceber a sensação de claustrofobia gerada por este velho Alentejo sem acesso generalizado ao automóvel, convém assinalar que os meus tios que foram mobilizados para o Ultramar encararam a guerra como fator de libertação; muitos andaram nos matos onde zuniam balas de AK-47, mas ainda hoje falam da tropa como o melhor período das suas vidas. O meu pai não foi à guerra, vingou-se das distâncias alentejanas de outra maneira: com o Fiat 127 e com os bólides bávaros que se seguiram no seu currículo automobilístico. Mais do que sinais de ascensão social perante outros homens, estes carros foram e são sinais de ascensão perante a paisagem alentejana.

O copo-de-água foi igual a todos os copos-de-água dos últimos vinte cinco anos. Batemos nos pratos com os talheres para exigir beijos aos noivos, colonizámos a máquina de tirar imperiais, bailámos ao som do acordeão, fizemos o enésimo comboio humano para acompanhar o “Apita o Comboio” e repetimos a partida sexual que pregamos aos noivos da família desde 1991 – sem percebermos que a partida já não tem piada. Sim, em 1991, algemar os noivos no palco, oferecer um vibrador à noiva e dar o *Kamasutra* ao noivo causava escândalo e risada, mas, em 2015, nada disto é subversivo, é apenas banal. O país mudou, perdemos a castidade colectiva com as noites da *Playboy* na SIC (início anos 90), com o Canal 18 da TV Cabo (final anos 90) e, claro, com a atual enxurrada de pornografia que chega via internet até às aldeias mais remotas. O hábito porém é impermeável à razão. Continuamos a fazer a partida por tradição, é algo que mantém unida a minha geração, vinte primos e primas, e a geração das minhas filhas, vinte e oito subprimos e subprimas. Sim, estamos a salvar sozinhos a segurança social.

A meio da tarde, deixámos a festa entregue à família da noiva e saímos em matilha em direcção à casa abandonada dos avós que fica no meio da aldeia. Não deixou de ser engraçado: fomos em conjunto (quase cem pessoas) e não cada um por si. Era como se cada um de nós estivesse com medo do mano-a-mano com a casa. Eu pelo menos estava com medo, estava à espera de um choque térmico, dezasseis anos são dezasseis anos. No entanto, nunca pensei que o choque pudesse ser tão grande. Não reconheci a casa, não me reconheci ali. A casa onde pelo menos doze pessoas viveram durante anos e onde dezenas de pessoas passaram pásoas, natais e férias de verão parece agora uma casa de bonecas. A exiguidade do espaço começa logo no umbral da porta, que não tem mais do que um metro e setenta. E foi interessante verificar

a relação das diferentes gerações com o umbral. Os mais velhos, da geração dos meus avós, não precisaram de baixar a cabeça para entrar; o meu pai e tios passaram à medida; a minha geração teve de baixar a cabeça e os rapazes mais velhos da quarta geração tiveram de baixar muitíssimo a cabeça e dobrar os joelhos. É como se a geração das minhas filhas e a geração dos meus avós estivessem separadas não por décadas mas por séculos ou até pelos genes. Até parece que são de espécies diferentes, liliputianos *versus* homens, *hobbits versus* elfos, anões *versus globetrotters*. Estou a parodiar em excesso, bem sei, mas o humor é a única abordagem possível à causa desta diferença tão pronunciada: a alimentação terceiro-mundista dos meus antepassados. “Viver abaixo do limiar da pobreza” não era aqui uma questão abstrata ou um jargão para descrever Maurítânias longínquas; significava, isso sim, passar fome, sobreviver dias e dias comendo pão com azeitonas e um pedacinho de toucinho cortado com o único talher, a navalha que todos os homens traziam no bolso. As pessoas não cresciam porque não comiam carne ou peixe. Tal como a teologia, a dieta proteica não corria forte na família.

Quando se passa o minúsculo umbral da casa, entra-se na cozinha que ocupa mais de metade da área. A liderar o espaço está a lareira onde a avó cozinhava em terrinas de barro e onde eu passava tardes inteiras a alimentar o lume com cavacas de azeitão e farripas de eucalipto; por cima não há teto ou placa, vêm-se as telhas nuas sustentadas numa armação de canas; as paredes são de taipa (terra misturada com palha); no lado esquerdo da cozinha existe uma sala-quarto e no lado direito dois quatinhos, o dos meus avós e o quarto escuro onde eu costumava dormir; a separar estes dois quartos existe apenas uma parede improvisada que nem sequer chega ao teto. Não é uma parede, é um muro alto. Falta de privacidade? Sim, muita. Mas agora a questão da

privacidade parecia-me de somenos importância ao pé da pergunta da Ana: “como é que vocês cabiam aqui todos?” De facto, colocar ali dezenas de pessoas era truque de ilusionismo. Nos natais e páscoas, os primos mais velhos dormiam no chão em esteiras de palha; os mais novos ocupavam as duas camas disponíveis, uns ficavam à cabeça, outros aos pés (quatro ou seis por cama); os colchões eram de camisas de milho e palha de centeio, o que provocava ruídos intermináveis ao longo da noite. “E como é que se lavavam?” Digamos que a higiene era uma atividade castiça que hoje em dia renderia uns cobres na indústria do brincar-aos-pobrezinhos. Na ausência do autoclismo, jogava-se um balde de água na sanita que ficava num anexo traseiro, ou seja, antes de irmos à casa de banho tínhamos de passar pelo poço; os nossos horários escatológicos eram assim do conhecimento público e pretexto para infundáveis piadas. A higiene matinal também exigia uma ida ao poço para encher a bacia e o copo dos dentes – ato de bravura siberiana no inverno. Mas nada se comparava à bravura logística do banho. Sem água canalizada e sem esquentador (mordomias que chegariam em 1993), tomávamos banho como no tempo dos romanos: aquecíamos uma porção de água na lareira que depois era derramada num alguidar que fazia de banheira. Era uma vidinha muito etnográfica.

Depois da vistoria nostálgica à casa, toda a gente ocupou o seu lugar no alpendre para a tradicional foto coletiva. Quatro gerações, cerca de cem pessoas, encostadas à tradicional parede branca. “Como é que tanta gente saiu de uma casa tão pequena?”, perguntavam comovidas as minhas primas. Confesso que também queria sentir aquela comoção, também queria que a casa dos meus avós tivesse em mim o efeito dos filmes de sábado à tarde. A verdade porém é que não senti emoção. Não senti nada. Ou melhor, só senti culpa por não me ter emocionado. Mas então

porque é que não tive direito às lágrimas redentoras? Porque é que a minha cabeça não foi inundada pelos acordes de violinos melados? Será porque reparei na pobreza que antigamente não era *pobreza* mas a única realidade que conhecia? Talvez. Tive a perfeita noção de que as minhas filhas, quando crescerem, sentirão uma repulsa instintiva por este local. Ou será que a ausência de comoção se deveu ao divórcio entre a casa que tinha à minha frente e a casa que tinha na memória? Talvez. Senti que as minhas memórias estavam a ser despromovidas à categoria de sonhos ou a produtos da imaginação. O cheiro das fatias de ovos da avó Diamantina, a alegria de estar com o meu irmão numa liberdade total e impensável na cidade, as trincheiras que cavava na areia preta para as guerras dos soldadinhos verdes, os bolos de areia que fazia com as primas, as maldades que infligia às formigas e gafanhotos, o cheiro a serradura do avô Inácio que fazia cadeiras e mochos no anexo, a açorda ao almoço, as sopas de tomate ao jantar, as lágrimas da avó à nossa vinda e à nossa ida, os banhos de mangueira depois de regressarmos da praia, o prazer que era tirar água do poço apenas com o balde preso à corda, os momentos em o avô (poeta popular analfabeto) me ditava as suas quadras para que eu as eternizasse num bloco de folhas A4 da Ambar, enfim, todo o arsenal balístico da minha memória não encaixava naquele casebre. Até porque faltava o gatilho emocional: o cheiro. Aquela casa tinha um cheiro característico, quase indefinível e muito debatível. Cada nariz tem a sua sentença, a minha é esta: era o cheiro da lareira cruzado com o cheiro da madeira moída pelo bicho que infestava mesas, camas, cadeiras e até as vigas do teto. Só este cheiro me podia dar a senha da comoção; sem ele, nada feito. Em vez dos violinos impantes, ouvia apenas um som minimalista e frio: como é que se vivia aqui? Para lá da óbvia miséria, como é que era a vida aqui? Este som foi crescendo

de intensidade porque, bem vistas as coisas, a minha geração não sabe nada do passado. Como todas as famílias de migrantes desenraizados, construímos um Alentejo mítico sem qualquer precisão no traço. Como é que os nossos avós e bisavós amavam? Como é que morriam? Como é que trabalhavam? Como é que comiam? Como é que nasciam? Eram donde? Ou ainda mais simples: quem eram os nossos bisavós? Logo ali perguntei pelos pais do avô Inácio. A resposta foi repetida dezenas de vezes: “não sei”, “nunca ouvi falar dessa gente”, “nunca o meu pai falou deles”, “não era assunto”, “nem nunca vi fotos, nem sei nomes”.

Antes de voltarmos para o salão da festa, eu e a minha mãe resolvemos mostrar à Ana a velha venda que ficava na outra ponta da aldeia. Epicentro social, a venda juntava mercearia e tasca no mesmo estabelecimento. Na porta da esquerda, só entravam homens que antes e depois da lavoura ali paravam para beber meio-quartilhos de vinho ou aguardente de medronho; na porta da direita, só entravam mulheres que ali faziam o avio. Passados dezasseis anos, queria ver se ainda existia esta segregação sexual. A meio do caminho, no prolongamento da reta que vem da barragem, reencontrei uma casa essencial na minha infância devido à violência da história que me apressei a contar à Ana: naquele dia de verão, em vez de ter ido com os meus pais e irmão para Mil Fontes, fiquei na aldeia a torturar formigas; de repente, começou a circular um bruaá na aldeia – um homem tinha-se matado. Caramba, era o segundo em pouco tempo! Aproximei-me da casa e furei entre a multidão de adultos para ver o espetáculo tarantino: uma enorme mancha de sangue na parede, um Pollock vermelho esguichado na parede caíada; tinha-se matado com a caçadeira! Ou pelo menos era o que eu pensava. Após um breve matutar, a minha mãe resolveu corrigir-me. Não, a história não é assim. Aquilo que estava na parede não era sangue do homem,

era sangue da mulher que ele matou com uma picareta; quando arrancou a picareta do pescoço da vítima o sangue jorrou para a parede. Não há qualquer arma de fogo na história, até porque o homem se matou logo a seguir com uma corda. A minha história estava errada, e mais errada ficou quando soube do pormenor derradeiro. O homem não era um homem qualquer, era o tio Jacintinho, irmão da minha avó materna que vivia numa aldeia vizinha, tio da minha mãe, meu tio-avô. Meu tio? Como assim, meu tio? Perguntei porque é que nunca me tinham contado a história. A resposta veio lapidar e seca como é timbre da família (e do Alentejo): “estas coisas não são para falar e também nunca perguntaste”. Nunca perguntei porque assumi que a história era uma alegoria distante e cheia de humor negro sobre o suicídio. Mas afinal era uma história familiar. O suicídio corre forte na família.

Já não quis saber da venda. Voltámos para a festa, para o acordeão, para a ginga do baile, para a bebedeira. Esperava encontrar a Margarida assim que reentrasse no salão, mas ela não estava. Não teve avião, só no dia seguinte. O que acharia ela desta história macabra? Aliás, o que acharia ela deste dia que estava a ser um recontro e não um reencontro com o Alentejo? Falávamos muito de filmes, livros, amor e sexo, mas nunca discutimos o Alentejo e a família.

À noite, voltámos para Santiago onde iríamos passar a noite na casa da Marta. Fui no banco de trás com a nossa mais velha, à frente o meu pai e a Ana discutiam as emoções do dia. Não prestei atenção à conversa, já tinha a cabeça neste livro. Há muito que queria escrever um livro sobre o Alentejo, mas não conseguia definir a forma e a substância; sabia que tinha de me confrontar com as raízes alentejanas, mas não conseguia escolher o terreno do confronto. Neste sábado de casamento o terreno escolheu-se a si mesmo. Antes de chegarmos a Santiago, no meio do tal

cerro de sobreiros e zambujeiros vadios, informei o meu pai de que precisava da sua ajuda para fazer uma reportagem sobre este Alentejo; como não conduzo, necessitava de motorista para consumir o *road movie* familiar que já tinha esboçado num guarda-
napo. Ele disse que sim, até lhe dava jeito, queria comprar sementes “puras e alentejanas” para a horta gigantesca que tinha agora à beira da ribeira de Frielas (junto ao IKEA de Loures). Assim que chegámos à casa da Marta, já no flanco sul de Santiago e a dar para a planície, perguntei à dona da casa se podíamos estabelecer ali o quartel-general da expedição. Ela disse logo que sim, o tempo que eu quisesse, que me ajudava, que também queria ser minha chofer. Acabámos a noite a beber *gins* tónicos preparados pelo Vasco, homem do norte e retornado, marido da Marta e pai do David.

II.

Começámos a expedição por Alvalade do Sado. A Margarida já tinha chegado e estava em casa dos pais para uma semanita de férias. À saída de Santiago, tomámos a Nacional 121, sentido oeste, e parámos pouco depois em São Bartolomeu da Serra (outra aldeia que é sede de freguesia) para o pequeno-almoço. Assim que estacionámos à frente do café, todos os homens que estavam à porta pararam a conversa e viraram as cabeças na nossa direção, qual cou-raçado a virar as torres de artilharia. Ladeámos o paneiro que ainda corre estas aldeias a vender roupas e atalhados numa carrinha de caixa aberta, passámos entre inúmeras carrinhas Mitsubishi L200 e Toyota Hillux (os principais instrumentos da lavoura), subimos as escadas, dissemos bom dia e em dez homens apenas um soprou de volta um sumido “bom dia”. Estas figuras continuam a ostentar o velho porte alentejano: pele tisonada, corpo sem um pingão de gordura para o sol destilar, um olhar desconfiado, austero e antigo; e antigas são também as suas patilhas que são quase suíças oitocentistas. Dentro do café encontrámos mulheres – sinal de que, apesar de tudo, há uma evolução. Homens e mulheres já podem partilhar o mesmo café, embora ainda não se misturem. Nunca nos sentimos bem acolhidos. Pedimos, comemos, pagámos, sorrimos e dissemos adeus, mas a rapariga do café nunca abriu o sorriso. De onde virá esta antipatia sulista partilhada por alentejanos e algarvios?

Um pouco mais à frente na estrada, Abela (outra sede de freguesia) e o Outeiro do Lobo mantiveram este quadro claustr-

fóbico, que só começou a ser questionado em Ermidas-Sado. Estacionámos numa praça coberta por mantos de andorinhas; nas esplanadas, ninguém deu por nós, as cabeças não se viraram em pose bélica, as conversas não pararam, homens e mulheres estavam juntos nos cafés. E estas mulheres, ao invés das congêneres de São Bartolomeu e outras aldeias e vilas, já chegaram ao século XX: têm cabelo comprido e não aquele corte à homem, usam maquilhagem, saias acima do joelho, blusas com cor, óculos de sol, fumam, sorriem. Entrámos num café, pedimos bicas, lemos o *Record* e muitos dos clientes nem sequer repararam em nós; estavam a ler jornais ou a dar o pequeno-almoço aos filhos – uma manhã em tudo idêntica à de outras cidades. Porque é que Ermidas é assim? É o entreposto ferroviário entre a Linha do Sul e a linha que serve o porto de Sines. Além da vivacidade emprestada pelo comboio, a vila tem economia: fábricas de moagem, pequenas fábricas ligadas à cortiça, uma empresa de pescado que é líder nacional no peixe fresco, etc. Apesar de só ter cem anos, Ermidas-Sado é uma vila interessante. À saída, já quase no IC1, armazéns de um parque industrial e comercial ofendem a paisagem alentejana com as suas linhas fabris comuns a qualquer cidade ocidental, mas a verdade é que garantem emprego e, acima de tudo, o hábito de ver estranhos. A liberdade é sempre um contrato entre estranhos, seja em Nova Iorque, Lisboa ou Ermidas-Sado.

Já no IC1, virámos para sul em direção a Alvalade. Embora tenha o mesmo número de habitantes (2 mil), Alvalade não tem a vivacidade de Ermidas. Se Ermidas tem uma moderna instalação de peixe fresco e fábricas de moagem, Alvalade vive marcada pela desativada fábrica de concentrado de tomate. Se Ermidas é jovem, dinâmica e com bares noturnos onde se fazem arraiaios de Kizomba e Semba, Alvalade parece envelhecida. Não mudou

uma vírgula em vinte anos. Nos anos 80 e 90, esta vila era paragem obrigatória antes de chegarmos à Pouca Sorte. A paragem tinha um propósito: dar uns beijos na tia Dorinda, a tia alentejana de quem eu mais gostava. À primeira vista, era igual a todas as mulheres alentejanas, baixa e cheia, penteado curto à velha, roupa preta ou bata, mãos ásperas. Mas quando aproximávamos a lente percebíamos que era diferente. Dorinda tinha uma alegria esfuziante, o que a colocava em permanente conflito com o deserto emocional exigido pelo tal porte alentejano. Para começar, falava à minhota, isto é, dizia três asneiras em cada frase. “Punheferas” (uma derivação pessoalíssima de “punheta”) era a minha favorita, embora também apreciasse o clássico “punheta dum cabrão”, a sua frase bordão. Ao contrário de aveirenses, portugueses, minhotos e transmontanos, os alentejanos dizem poucas asneiras, são o povo mais formal do país. Dorinda era a exceção e parecia entender a utilidade da asneira: é um atalho para a confiança. Pode parecer estranho, mas percebemos que somos íntimos de uma pessoa quando deixamos cair um “foda-se” ou um “punheta dum cabrão” de maneira descontraída. É sinal de cumplicidade. Esta cumplicidade é rara no Alentejo, até porque há mais dois pormenores a trabalhar para essa carência afetiva: não há tratamento por “tu” e as pessoas não se tocam. Nunca tinha pensado nisto, mas a verdade é que os alentejanos não se tocam. Estar ao pé de um homem do norte é estar sempre a levar com braços, cotovelos, encontrões, abraços, cabeçadas, pontapés; há nele uma linguagem corporal anterior à linguagem verbal; o alentejano não tem esta expressividade. O porte sulista exige uma figura esfíngica, quase inerte, que recusa falar com as mãos; o alentejano vive dentro de uma camisa-de-forças emocional que bloqueia a espontaneidade. Nem por acaso, não me lembro de sorrisos ou abraços espontâneos dos meus quatro avós. Mas

lembro-me de muitos abraços, beijos e caretas da tia Dorinda. Percebo agora que ela sofreu bastante nesta segura emocional que está a montante da segura do montado.

Quando chegou ao café onde eu e o meu pai aguardávamos, a Margarida pediu logo para sairmos dali. Eu saí com ela, o meu pai foi ver se arranjava sementes “puras e alentejanas” para a sua horta urbana. Loira, olhos claros e com decote cidadão, Margarida é atraente mas não tem o menear pedante da mulher bonita, até se presente nela a fragilidade da feia. Esta mistura entre beleza e timidez provoca interesse na fauna masculina de qualquer bar de qualquer cidade, mas ali em Alvalade provoca mais do que isso. “Se ficássemos além no café, ficava tudo a olhar, enervava-me e não dizia nada”, comentou. Tinha razão, porque a caminho do largo da Igreja tivemos a primeira conversa séria sobre o Alentejo. Foi preciso um motivo formal – este livro – para que ela fizesse um desabafo que tinha na cabeça há anos. “O melhor que fiz foi ter ido para Lisboa. Fiquei azamboada ao início, como se estivesse encadeada pelas luzes, estás a ver?”. Sim, estou a ver. “Parecia uma parvinha. Quando ouvia buzinas ou as sirenes do INEM virava logo a cabeça; olhava para os aviões; no final do dia, até me doía a cabeça, estava acostumada a este silêncio, estás a ver?”. Sim, estou a ver. “Até falar com estranhos era esquisito, sentia-me insegura; mas sabes o que era bom?”. Não, não sei. “Sentar-me num café sem ninguém olhar para mim, sem ninguém saber quem eu era; aqui na vila e nessas aldeias todas, desde São Domingos até aos Bicos e Pouca Sorte, toda a gente sabe a que horas tomas café, percebes?”. Nunca tinha pensado nisso, mas acho que percebo. “Lá em Lisboa, pus lentes de contacto, pintei o cabelo, coisas impensáveis aqui, ou melhor, são pensáveis mas seriam logo censuradas. Há muito machismo. Quando estou aqui nos meus pais, vou fazer *jogging* como de costume. Não é que os

homens olham para mim como uma desvairada que anda a correr pelos campos fora! É uma mentalidade do género as-mulheres-que-fazem-desporto-querem-emagrecer-para-enganar-os-maridos-e-as-que-não-têm-marido-são-ainda-pior. Se as mulheres usam *leggings* sem aquelas batas de velha por cima são logo umas putas”. Quando terminou este monólogo anti-marialva, transmiti-lhe a opinião de uma amiga de Lisboa que representa marcas de óculos por todo o país e que diz que o Alentejo é o sítio onde se sente mais vigiada e desrespeitada enquanto mulher. “Não me surpreende”, foi a resposta. E acrescentou: “só tive sexo em Lisboa, porque ter sexo aqui era quase certo ficar aqui, percebes?”.

Acho que percebi, até porque me lembrei de um episódio esclarecedor. No dia do funeral da tia Dorinda, fui comer a um café na Praça da República, o centro de Alvalade. Estava a dar na televisão o Portugal-Coreia do Mundial (2010), mas a rapaziada não parecia interessada na tarefa que Ronaldo estava a aplicar aos coreanos. Porquê? A rapariga do café tinha uma tatuagem naquela terra de ninguém entre o rabo e as costas. Em Lisboa, uma mulher tatuada é uma ocorrência tão banal que já não é subversiva; a lisboeta sem tatuagens é que é a iconoclasta. Mas ali, em Alvalade, uma tatuagem dois dedos acima do rabo continua a ser uma declaração de guerra contra a comunidade. É preciso perceber que a geração da Margarida e desta rapariga tatuada ainda cresceu num clima de claustrofobia bem ilustrado pelo melhor romance sobre o Alentejo, *Adeus, Princesa* (1987), de Clara Pinto Correia. Os pais não precisavam de telemóveis para saber onde estavam as filhas, tinham os olhos de toda comunidade e a rede dos mexericos. As raparigas não podiam ser vistas com um rapaz, gerava logo falatório; marcar um encontro com o namorado era uma odisséia camiliana que implicava recados passa-dos por amigas de confiança e uma estratégia para ultrapassar a

vigilância de pais, irmãos e vizinhos. Dar um beijo implicava um plano de negócios.

Depois de nos despedirmos da Margarida decidimos regressar a Santiago, mas escolhemos outro caminho: prosseguimos para sul em direção a outra aldeia essencial da família, os Bicos, já no concelho de Odemira. No meu mapa sentimental, Alvalade e Bicos são terras vizinhas, tão vizinhas como Porto e Gaia, mas na verdade existe uma gigantesca reta de dezoito quilómetros a separá-las. É mais do que a Ponte Vasco da Gama. Este tabuleiro de dezoito quilómetros ao longo da Nacional 262 sempre me deixou inquieto. Em garoto, tentei ligar as duas terras de bicicleta duas ou três vezes a partir dos Bicos. Pedalava, pedalava e pedalava, mas parecia que não saía do mesmo sítio, a paisagem não mudava, sentia-me o ratinho dentro da roda: era sempre o mesmo fio de alcatrão rodeado pelo mesmo conjunto uniforme de sobreiros e sem um único rasto humano a pautar a paisagem; esta circularidade apavora-me. Tinha medo dos gangues em Odivelas, mas ali sentia pavor. O primeiro era racional, o segundo irracional. Eu podia fugir dos gangues, podia superar os meliantes com os meus piques à Vítor Paneira. Aquela reta porém era insuperável, quanto mais pedalava mais me enterrava num pavor apocalíptico. É como se o V8 do Mad Max estivesse escondido atrás de um chaparro. Nunca completei a viagem até Alvalade; voltei sempre para trás no cruzamento que vai dar à terra com o nome mais apropriado do Alentejo: Fornalhas. Passados vinte e cinco anos quase nada mudou nestes dezoito quilómetros. Só há uma novidade humana na paisagem: uma casa lilás de turismo rural.

Passámos ao largo das memórias inconfessáveis que guardo dos Bicos e continuámos até ao Cercal, que está diferente. Era parecido com Alvalade, está parecido com Ermidas. As pessoas ainda

olham para o estranho que chega, mas já sabem observar: olham através do filtro anónimo dos óculos de sol. Já há um aroma a urbanidade. Não era assim nos anos 80 e 90. Passámos ali centenas de vezes a caminho das praias, parámos dezenas de vezes para almoçar ou jantar, comprar pão, sumos ou batatas fritas. Éramos sempre observados de alto-a-baixo. De resto, foi no Cercal que perdi a virgindade emocional, foi ali que senti ódio pela primeira vez. Numa manhã de verão, a caminho de Mil Fontes, parámos para encher a geleira, saí com a minha mãe, que na época era uma balzaquiana enxuta e loiríssima. Quando chegámos ao café, os indígenas miram-na com aquele cio que reduz a mulher à condição de quenga e que traz o bafo do lupanar para qualquer espaço partilhado por mulheres e homens. Reza a lenda que a minha reação não foi cordial. Não me lembro do que disse ou fiz aos homens, só me lembro da reação do meu pai: como sempre, limitou-se a sorrir. Hoje percebo o sorriso que me deixou furioso há um quarto de século. Aqueles homens só tinham visto mulheres como a minha mãe na televisão, pensavam que só as brasileiras da “Tieta” podiam andar assim vestidas com blusas decotadas e garridas. As mulheres e raparigas também miravam a minha mãe de forma estranha, num misto de espanto e inveja; as cores e o andar desempenado daquela cidadina eram um contraponto agonizante à prisão em que viviam – e a angústia só aumentava quando percebiam que a cidadina era alentejana. Enquanto recordava e debatia estes episódios com o meu velho numa das esplanadas do Largo dos Caeiros (o centro do Cercal), percebi que tinha de voltar à Pouca Sorte. Há quem tenha epifanias entre raios de luz e nuvens celestiais, eu tive a minha entre minis e tremoços. É o que se arranja.

Chegámos à aldeia no lusco-fusco, o que permitiu uma receção diferente. À tardinha, o Alentejo já tem cheiro, a resina das estevas, o mel das figueiras, o odor a haxixe dos eucaliptos, o

cheiro da própria terra que tem sempre um leve travo a incêndio apesar de não haver incêndios. “Mas o que é que tu queres ver de novo?”, perguntou o meu motorista sem perceber o que se passava. Ora, é verdade que já tinha visto a aldeia milhares de vezes, mas nunca a tinha observado através desta nova lente: cada casa alentejana tem à frente um pátio ou alpendre onde se apanha o fresco, onde se come, onde se tira fotografias como aquela do dia do casamento; a avó estava sempre ali e, em segundos, confirmei a suspeita – a partir daquele ponto de vista, ela podia controlar todas as pessoas da aldeia. A planura da paisagem, a ausência de arvoredo e o casario disperso dão ao pátio alentejano o ângulo do *sniper*. Como todas as outras mulheres alentejanas, Diamantina era uma *sniper* social que controlava velhos e novos num raio de dois ou três hectares. Até parece que estou a ouvi-la: são seis da tarde e o Zé ainda não cuidou dos bácoros, ai magano!; são oito da manhã e a Maria ainda não se assomou à porta!; quem é aquele com a Jacinta?, etc., etc. As paredes eram e são de vidro nestas aldeias, vilas e até cidades alentejanas. A claustrofobia é inevitável. Basta pensar no salão de festas onde decorreu o casamento. Se tivesse quinze ou vinte anos e quisesse sacar uma miúda durante o copo-de-água, eu simplesmente não teria essa hipótese. Quando se sai do salão de festas, olha-se à volta e não se encontra um único canto escondido num raio de 360 graus. Não há ângulos mortos no Alentejo, e a liberdade só é possível num ângulo morto que preserve a nossa intimidade de olhares alheios. Neste Alentejo tradicional e do cartaz turístico, a privacidade é apenas um conceito *de jure* sem substância *de facto*. Neste sentido, tenho de fazer *mea culpa*: Vila Nova de Santo André pode ser disforme, mas é livre; pode ser feia, mas permite privacidade tal como Amadora ou Odivelas. Se a perda da identidade etnográfica é o preço a pagar pela liberdade, então que se pague esse preço.

O lusco-fusco deu lugar a uma noite avermelhada a oeste. O meu pai queria ir ver um conhecido que tinha sementes, mas não permiti nova intifada romântica em busca de “sementes sem químicos e genéticas”. Era tempo de deixar a Pouca Sorte e regressar a Santiago. Voltámos ao Cercal e virámos para norte, fechando o círculo (Santiago-Ermidas-Alvalade-Bicos-Cercal-Santiago). Passámos na Tanganheira e na Sonega (concelho de Sines) e pouco depois o meu pai – sem dizer nada – parou o carro junto a uma taberna abandonada, outrora sítio de paragem obrigatória entre Santiago e a feira de gado da Sonega. Saiu do carro, olhou para o interior do velho tasco, sentou-se no muro e apontou para uma casa que fica do outro lado da estrada: “a tua bisavó morava ali”. Foi assim que fiquei a saber que aquela casa tinha sido da minha bisavó Maria Francisca, a avó materna do meu pai, que ainda se lembra de estar naquele telhado a ver passar as camionetas “Belos” que vinham do Cercal em direção a Cacilhas sempre cheias de malas e pertences no tejadilho – um indicador do êxodo rural nos anos 50 e 60. Eu não conhecia a casa, e conhecia ainda menos a história secreta que me foi confiada de seguida: a minha avó viveu naquela casa apenas com a mãe, porque era filha de pai incógnito. Foi preciso fazer um livro para descobrir que a minha avó era bastarda.

Até 1976, a lei portuguesa considerava que um filho nascido fora do casamento civil ou religioso era “filho ilegítimo”; pai e mãe até podiam viver em união de facto, mas o filho seria sempre ilegítimo à luz da lei. O Alentejo teve sempre uma percentagem altíssima destes filhos ilegítimos devido ao número elevado de uniões de facto, mas a minha avó era mesmo um caso clássico de bastardia: o meu bisavô, um filho de um lavrador rico, recusou assumir a paternidade de Diamantina e nunca ajudou Maria Francisca. Tal como sucedera com o suicídio, um padrão abstrato

que eu conhecia dos livros bateu-me assim à porta. Eu sabia que os homens da alta sociedade, de Manuel Alegre a Nicolau Breyner, iniciavam a vida sexual impondo-se às criadas e trabalhadoras. Também sabia que a bastardia era comum. A mãe da minha intelectual favorita, Maria Filomena Mónica, era filha de mãe incógnita; o meu realizador preferido, Fernando Lopes, era filho de pai incógnito. Mas agora a saga da ilegitimidade saía do abstrato e estacionava o seu fedor junto da minha árvore genealógica. O que fazer? Bater à porta daquela casa isolada, branca e listada a azul. Foi o que fizemos na manhã seguinte na companhia da Marta e do pequeno David. Anunciámos a nossa presença batendo palmas. Poucos segundos depois, uma senhora baixinha abriu a porta e de imediato senti o velho cheiro da minha avó, o cheiro que tinha faltado no dia do casamento: lareira cruzada com madeira comida pelo bicho. Cumprimentámos a dona da casa, a Dona Maria, e colocamo-la a par do que estávamos a fazer: recuperar memórias; aquela casa tinha sido da minha bisavó e avó, o meu pai tinha brincado naquele pátio e no telhado, a Marta tinha ali passado muitos dias comendo farinha “Predileta” (um Nestum pré-histórico), eu estive ali com quatro meses aquando do funeral da bisavó. Dona Maria lembra-se bem desse dia – o dia do enterro – porque começou a arrendar a casa logo após a morte de Maria Francisca em Maio de 1979. Apesar da emoção da descoberta, percebi logo que Dona Maria não seria boa fonte. “Mas não conheci bem a sua bisavó”, disse. A conversa não podia durar muito. Depois de o meu pai comprar por tuta e meia mais algumas bagas milagrosas e uns ovos galados, mandei as tropas para o carro, despedi-me da anfitriã e traguei pela última vez na vida o cheiro da avó. A comoção apareceu no dia e local errados.

Voltámos para Santiago, ou melhor, encaminhámo-nos para o monte da tia Albertina, mãe da Marta, o meu sítio favorito no

Alentejo, que fica à saída de Santiago. Sempre guardado pela pose felina e desconfiada da tia que olha por entre as fitas da porta, o monte tem duas casas, um pátio quase algarvio, dois hectares de terreno, sobreiros, ovelhas, tomates, morangos, uma piscina pequenina à medida do David, um pequeno campo de futebol relvado construído à mão pelo Vasco. Banhei-me na piscina e joguei à bola com o Vasco e amigos, que são quase profissionais. Como seria de esperar, fiz uma rotura muscular na coxa direita quando assumi que o meu corpo ainda suportava piques à Vítor Paneira. Ao jantar, com um saco de gelo na coxa, voltei à conversa sobre a casa da bisavó e iniciei aquilo que ainda hoje me parece um milagre: vencer a desconfiança da tia Albertina para lhe sacar histórias sobre a sua sogra, a minha bisavó. O milagre não teve parto fácil. Para cada resposta, tive de refazer a pergunta dez ou quinze vezes até acertar no tom e nas palavras certas; por exemplo, se usasse as expressões *bastarda* ou *mãe solteira* não obtinha resposta; não são expressões reconhecidas como válidas. Só cheguei onde queria muitos jantares e almoços depois.

Maria Francisca não teve uma vida fácil. O dia em que nos cruzámos pela única vez, o dia do seu funeral, pode ter sido o dia mais feliz da sua vida. Ficou sem pais muito cedo. O pai (meu trisavô) foi assassinado, atiraram-no ao poço. A mãe (minha trisavó) morreu pouco tempo depois. Nesta altura (viragem do século XIX para o século XX) morria-se muito cedo, ainda havia pestes apocalípticas como a pneumónica espanhola, além de surtos de cólera, malária, febre-amarela e mais alguns trocos como difteria, polio, tosse convulsa, tuberculose. Maria Francisca ficou ao cuidado da avó, a minha longínqua e decrépita tetravó. Na prática, ficou sozinha no mundo. Aloirada e voluptuosa (era igual à Marta), Maria Francisca cedo percebeu que despertava tempestades de cio. Antes mesmo do nascimento da minha avó, Maria

Francisca teve uma primeira filha de outro pai incógnito. Chamava-se Maria das Dores (matou-se nos anos 80). Portanto, a minha bisavó foi mãe solteira por duas vezes num curto espaço de tempo. Quer isto dizer que era uma mulher fogosa, qual Mata Hari da planície? É possível. Não acredito em mulheres-anjo, muito menos na minha linha de sangue, mas convém recriar a atmosfera que uma rapariga sozinha tinha de enfrentar. Por norma, quando uma moça alentejana “era enganada” (perder a virgindade; o que acontecia junto à fonte ou perto da ribeira onde se lavava a roupa), o vexame não atingia o nível trágico do norte católico. Quando a rapariga engravidava, os pais e os irmãos iam simplesmente prestar contas com o rapaz, obrigando-o a assumir responsabilidades. Se ele fosse da mesma classe social, passavam a viver juntos como um casal. Se ele fosse da classe dos lavradores, a prestação de contas podia tomar duas formas: perfilhava o bebé, apesar de não casar com a rapariga; não perfilhava a criança, mas assumia as despesas. O problema de Maria Francisca é que não tinha guarda de honra, não tinha pai ou irmãos para exigir responsabilidades aos infractores. Em consequência, os dois homens abandonaram-na, mostrando à evidência que não existe honra em abstrato. A decência é uma construção legal e religiosa, não brota do nosso coração.

O curioso é que a população não censurava os tais homens, mas sim a bisavó. Que forma assumia essa censura? Como já disse, o vexame não era tão forte no Alentejo. A palavra *bastardo* nem sequer tinha uso; o concubinato e a ilegitimidade não eram tabus e a mãe solteira alentejana não era de imediato a putanheira. No entanto, em jeito de compensação, a comunidade exigia que a mãe solteira fosse “moça recolhida”, que não saísse de casa, que não trabalhasse e que acima de tudo não voltasse a ter outro homem. Problema? Maria Francisca não podia ser “moça

recolhida” porque tinha de trabalhar para alimentar as filhas; sem família que a sustentasse, não podia ficar em casa, não tinha grande escolha entre a honra e a sobrevivência. Permanecer honrada (“não ser falada”) era o mesmo que morrer à fome. Por outro lado, Maria Francisca sabia que precisava de um homem para sobreviver àquele mundo impiedoso para as mulheres. Sabia que podia ser abusada. Isso mesmo: abusada. Quando lemos relatos da época, é impossível não ficarmos incomodados com uma certa atmosfera muçulmana que reinava nestas bandas. Uma mulher sozinha algures na seara ou no casão das máquinas era presa fácil; se estivesse sozinha é porque estava a pedi-las. Um poema popular até fazia o aviso:

Maria, se fores à monda
Maria, se fores ceifar,
Não andes nunca sozinha...
Gansa-se a mãe de ralhar.

O abuso físico e até a violação faziam parte da normalidade. Num livro sobre as relações amorosas neste Alentejo litoral, *Filhos do Engano*, a antropóloga Isabel Marçano é clara:

“Apesar da expressão moderna – ‘violação’ – não fazer parte do léxico destas mulheres, consideramos provável, de acordo com as descrições, que algumas tenham sido violadas”.

Quando li esta frase, o meu cérebro rebobinou conversas antigas que ouvi na taberna, conversas que envolviam sempre um “quando éramos moços, encostei-a ali ao casão”, “encostei-a à figueira”. São histórias que glorificam a imposição sem cerimónia do cio masculino sobre uma figura feminina passiva. É como

se as mulheres fossem bonecas insufláveis com personalidade jurídica. Até que ponto houve consentimento das mulheres que foram encostadas à tal figueira e ao tal casão? Até que ponto não andei a ouvir histórias de violação? Hoje em dia, fazer a autópsia psiquiátrica desses momentos é quase impossível porque as próprias mulheres descrevem os abusos com uma linguagem amoral e natural, consideram que o abuso sexual fazia parte da ordem natural das coisas como o vento a passar nos sobreiros; o abuso era um fenómeno da natureza, não havia nem há culpados humanos. Conhecendo de ginjeira esta atmosfera, Maria Francisca sabia que precisava de um Leviatã matrimonial que lhe desse guarida e que a resgatasse da inevitável fama de mulher fácil. Conseguiu esse porto seguro ao terceiro homem, o Tio Queimadas, de quem teve mais quatro filhos, entre eles o pai da Marta, o tio Manel.

Depois de recolher a história de Maria Francisca, só reforcei a minha visão crítica do neorealismo. Os romances neorealistas centram-se na opressão económica, mas a verdadeira opressão era sexual e íntima. O que oprimia as mulheres do campo não era a magra jorna, era o facto de serem encaradas como meras extensões privadas das casas senhoriais; não tinham um estatuto público, não eram cidadãs ou operárias, eram propriedade privada de quem tinha a terra. Passava-se o mesmo com as criadas. Numa perspectiva que saliente apenas o grau de fadiga causado pelo trabalho, poderíamos assumir que a criada vivia melhor do que a ceifeira. Mas repare-se no seguinte: dentro de quadro paredes, era ainda mais difícil recusar o assédio sexual do patrão e dos filhos do patrão. É por isso que me custa ler romances da época que normalizam o assédio sexual sofrido pelas criadas. Em *Sinais de Fogo*, Jorge de Sena coloca a sopeira a derreter-se perante os avanços do seu alter-ego; em *Cerromaior*, que ilustra Santiago de Cacém dos

anos 40, Manuel da Fonseca descreve o prazer secreto da criada – Antoninha – no momento em que é agarrada pelo menino da casa. A história desta opressão intimista ainda está por fazer; quando for feita, iremos todos perceber que o grande símbolo da opressão não é a ceifeira Catarina Eufémia, é a criada Antoninha.

Sempre encarei a história da migração da minha família pelo ângulo da ascensão material e social, mas depois de registar a história da bisavó, que é representativa de todas as Antoninhas do velho Alentejo, percebi que a migração representou antes de tudo uma ascensão moral. Antes de abrirem a porta à prosperidade, a cidade e a fábrica significaram uma nova dignidade pessoal para as mulheres que migraram nos anos 50, 60 e 70. Se tivesse ficado no Alentejo, se não tivesse migrado para a Grande Lisboa sete anos depois do meu pai (1972), o destino da minha mãe teria sido este: servir, ser criada, tal como as irmãs mais velhas que serviram em Olhão, Beja e Santiago. Ao sair daqui, ao recusar o estatuto privado de *criada*, ao aceder ao estatuto público de *operária*, a minha mãe e a sua geração de mulheres destruíram uma prisão sexual. A liberdade, sobretudo a feminina, só pode ser cidadina.

III.

Depois das primeiras viagens por cerros e aldeias, era tempo de passar algum tempo em Santiago com a Marta, o David e o Vasco. Como seria a vida em Santiago? Com o decorrer dos dias, percebi que os meus três anfitriões compõem uma família idêntica a qualquer família de Lisboa. Com o voluptuoso corpo herdado de Maria Francisca, Marta é uma balzaquiana por direito próprio; usa óculos de massa escura, tem uma vida confortável possibilitada por um trabalho especializado, educa o filho com abertura e tem uma espontaneidade pouco alentejana. Com a exceção das asneiras, faz lembrar a tia Dorinda. Por seu lado, David é igual a qualquer garoto de Odivelas, Lisboa, Queluz ou Porto. Devora televisão por cabo, usa boné e t-shirts com logotipos e slogans que denotam cultura acima da média, ostenta a barriguinha *playstation*, tem manias pré-adolescentes como qualquer miúdo de doze anos e é o Rei Sol da família. Longe vai o tempo em que a criança era secundária, aliás, longe vai o tempo em que nem sequer existia o conceito de *criança*. As notas da escola do David são afixadas no frigorífico, ora como elogio, ora como aviso, e o dia-a-dia familiar gira em torno dos horários da escola e das atividades extra-curriculares. Em resumo, nada nesta casa é pitoresco ou etnográfico. Nem o pão é alentejano: come-se o pão universal e anódino do Intermarché ou Aldi. É mais fácil encontrar pão alentejano nas mercearias finas do meu bairro lisboeta do que em Santiago.

Os meus anfitriões e – já agora – toda a geração sub-40 de Santiago constituem a tempestade perfeita para o antropólogo

à procura do bom selvagem da planície. Marta e as amigas não ficaram numa reserva antropológica destinada a alimentar os complexos de culpa do cidadão, David e os amigos não ficaram nas ameias do castelo a defender a pureza alentejana dos avanços da civilização urbana e massificadora. O David nem sequer tem sotaque, um efeito da internet e televisão. Para estes miúdos, a internet e a tv por cabo são de facto instrumentos de emancipação, porque permitem o acesso a bens culturais que antes só estavam disponíveis na grande cidade do litoral. Mesmo em sítios recônditos como Pouca Sorte, Abela ou São Bartolomeu, a internet, por muito fraco que seja o sinal, é um nivelador de conversa, de hábitos, de atitudes.

O David tem duas primas mais velhas, uma a caminho da maioridade, outra a caminho dos trinta. Tal como o benjamim, são duas miúdas normais que passariam despercebidas em Lisboa: pensam, postam (no Facebook) e comportam-se como as congéneres lisboetas. E há centenas de miúdas assim em Santiago. O pátio da Escola Secundária Manuel da Fonseca não é diferente do pátio do Rainha Dona Leonor ou do Pedro Nunes. Estas raparigas já não são *indígenas*, vestem o mesmo que as lisboetas, até porque fazem incursões aos centros comerciais da Margem Sul (Freeport, Fórum Montijo). Andam pelas ruas, cafés e pavilhões desportivos de Santiago com calções minúsculos, calças justas e blusas decotadas, causando indisfarçáveis erecções nos velhos que passam.

As miúdas também já falam à lisboeta, outra mudança de fundo. Há vinte anos, a Marta era apanhada à primeira sílaba pelo radar de Lisboa; era castiça, pitoresca, gozável, era a alentejanita! Agora, as suas sobrinhas só têm um leve sotaque, é necessário um ouvido treinado para o apanhar, até porque não usam as palavras que os primos e primas da minha geração ainda usavam.

Não, já não pensam em arrobas, léguas ou meio-quartilho, pensam em quilos, quilómetros e litros; já não dizem “magana”, “gaiato”, “vou à da venda”, “vou-me assomar”, “pregar rasteiras”, “dar sumiço”, “mangar”, “andar à pergunta”, “está ali prantado à porta”, “bailar”, “abalar”, “folguedo”, “ó punheta”, “há pedacinho”, “derramar”, “moço”, “não tem duda”, “já tem avondo”; também não usam o gerúndio, não dizem “tás aí fazendo o quê?” ou “em chegando ao monte”, dizem “estás a fazer o quê?” e “quando chegar ao monte”; e, sim, já usam expressões como “man”, “ya”, “tá-se bem”, “bué”, “fixe”, “meu” – o reportório do calão urbano que se democratizou através de telenovelas, séries, revistas. Em Lisboa é fácil criticar a mediocridade dos *Morangos com Açúcar*, mas em Santiago percebi que há um efeito democratizador nesta cultura televisiva. O que se perde em interesse etnográfico ganha-se em liberdade individual. As duas garotas e o David não têm de ser títeres de uma identidade estanque; a tradição não pensa *através* deles, eles é que têm de pensar e filtrar a tradição. Se for estudar para Lisboa, o David será um entre iguais e não o alentejanito.

A libertação sexual também faz parte do reportório de mudança. Para as miúdas da minha geração, “ser falada” era o pesadelo. A Margarida sofreu este cerco. A Marta também. Quando saía à noite ouvia coisas como “estás a desgraçar a tua vida”. Em 2015 esse circuito de ditos e mexericos já não atemoriza ninguém. As sobrinhas de Marta têm uma vida noturna igual a qualquer miúda de Lisboa. Quando é que as coisas começaram a mudar? O ingresso de muitas jovens nas faculdades de Lisboa e na Universidade de Évora terá dado o seu contributo, mas julgo que a grande revolução foi causada pela discoteca local, o Alexander’s, que fica num monte vizinho do monte da tia Albertina. Esta discoteca fez no Alentejo litoral aquilo que a Day After fez em Viseu ou a Kiay em Pombal: ajudou a revolucionar os

costumes, aproximando o campo da cidade. Oriundas de pequenas aldeias ou vilas, as raparigas libertavam-se nestas discotecas; era como se tivessem no bengaleiro um pseudónimo sensual que só usavam ali, na pista, no bar, nas mesas do fundo, nas casas de banho, num banco de trás algures no parque de estacionamento. O Alexander's não foi diferente. Passei férias em 1996 no monte da tia e lembro-me bem da volúpia da voz da Marta e amigas assim que pronunciavam a palavra "Alexander's". Era uma volúpia libertária. A batida forte da *dance music* e atmosfera escura da discoteca libertaram-nas dos velhos bailaricos de acordeão. E o choque não foi só musical, também foi moral. É que a *dance music* funcionou como um repelente anti-mãe. Nos bailaricos tradicionais, que se faziam na cidade e sobretudo nas vilas e aldeias do interior, a mãe ia atrás da filha. Assisti a dezenas de bailes assim na Pouca Sorte e nos Bicos: encostadas às quatro paredes do salão de baile, havia dezenas e dezenas de cadeiras coladas umas às outras que acabavam por formar um banco gigantesco onde se sentavam mães, tias ou avós. Para dançar com uma miúda era necessário pedir direta ou indiretamente permissão à matrona responsável. Era ainda curioso verificar que, com raras exceções, elas dançavam umas com as outras ou com homens da família; os rapazes ficavam no bar bebendo minis e observando o "gajedo" como quem observa gado na feira da Sonega. Com a sua batida forte, a discoteca acabou com este cenário, afugentou as mães, Deus me livre, credo!, e abriu um campo de batalha entre duas sexualidades, entre duas eras, entre a era do acordeão e do sexo sacralizado (pré-pílula) e a era da música eletrónica e da desmistificação do ato sexual (pós-pílula). Em apenas duas gerações, o sexo antes do casamento passou de tabu a direito adquirido.

De igual modo, *escolher* também passou a ser um direito. As gerações dos meus bisavós, avós e pais tiveram uma vida sem

sonhos. Ainda há dias ouvi uma pescadora de Alcácer do Sal dizendo “eu lá tinha vagar para sonhar!”. Os alentejanos não escolham a vida, sofriam-na. O livre arbítrio era uma redundância porque não havia o que escolher, a vida estava traçada desde o nascimento: aos sete anos começava-se a trabalhar como ajudante de pastor, aos catorze passava-se à condição de ganhão (trabalhador sem ofício). Ponto final. Hoje o David e as primas podem escolher o seu futuro; o livre arbítrio já não é uma redundância – o que não significa um mar de rosas. Quando o livre arbítrio aparece na equação, quando há a possibilidade de escolha entre alternativas, surge o fardo da escolha. E estes miúdos têm os dilemas habituais da sua geração. Por exemplo, os dois mais novos (David e prima mais nova) ainda não sabem o que querem ser quando forem grandes, não sabem se devem estudar em Lisboa ou em Évora, não sabem se devem seguir ramos com emprego garantido pelo complexo industrial e porto de Sines, não sabem se devem seguir ramos mais tradicionais (turismo, agricultura), não sabem se devem estudar um curso clássico como Direito ou Economia. Os antigos não percebem e criticam este estado de espírito porque veem o mundo através de uma lente que não contempla a possibilidade de escolha. Não me surpreende. Os meus avós também não me compreendiam, porque nem sequer tinham os instrumentos mentais para tentar uma aproximação. Não, não falo da diferença entre analfabetos e licenciados. A diferença não é técnica, é moral, está relacionada com o lugar que o indivíduo deve ocupar na sociedade.

A avó Diamantina tinha um enorme desgosto: eu passava o dia a ler; a minha mãe era a maior cliente do almocreve literário (o senhor do Círculo de Leitores) que aparecia no bairro onde nasci e cresci à beira da A1 e do Tejo – a Portela da Azóia. Lembro-me, como se fosse hoje, do Natal de 88. Eu estava na cama a

ler uma banda desenhada chamada “Pateta Faz História, Vol. I”, o meu pai tinha ido a Sacavém comprar o segundo volume, Diamantina entrou no quarto, abanou a cabeça e disse “o que vai ser deste moço?”. Na sua cabeça, ler era uma atividade para fracos ou maricas. Aliás, todos os analfabetos alentejanos tinham orgulho no seu analfabetismo e viam a escolarização como a antecâmara da terrível mecanização da agricultura (que era considerada a causa da decadência do Alentejo). Este orgulho analfabeto era fortíssimo no Alentejo litoral, que foi sempre a zona do país com a taxa de analfabetismo mais elevada: em 1981 estava nos 35,6% (Norte – 18,6%; Centro – 22,5%) e hoje continua no topo nacional com 14.1%. Nesta mundividência oral, braçal e de repúdio aberto pelos livros, um menino de nove anos não podia ficar no quarto a ler sozinho, devia andar na rua a pular com os outros meninos, pois essa era a única coisa que podia prepará-lo para o seu futuro mais do que certo: trabalho manual na seara; neste caso, a seara operária da Cintura Industrial de Lisboa. Ou seja, Diamantina partilhava com os Espíritos Santo a visão estratificada e estática da sociedade; tal como as grandes famílias snobes, considerava que era impossível quebrarmos a grande roda do mundo que desde o princípio dos tempos força o filho do sapateiro a ser sapateiro. E esta roda milenar é particularmente forte em Portugal. Em Espanha, 52% dos filhos de pais com liceu completo chegam à faculdade; na Bélgica, o número chega aos 71%. Em Portugal não passamos dos 38%.

Nunca levei a mal aquele “o que será deste moço?” por duas razões: a minha mãe continuou a abrir a porta ao senhor do Círculo de Leitores e desde cedo percebi que os meus avós eram de outro mundo, um mundo marcado pela lei da sobrevivência. Por exemplo, sei que o avô Inácio, como todos os homens do seu tempo, batia nos filhos por dá cá aquela palha. Não consigo

censurá-lo porque não encaro essa violência como um ato consciente de um homem dotado de livre arbítrio, vejo apenas o desespero de um ser humano reduzido à condição animal, esfomeado e derreado pela fadiga. E Inácio até estava exposto a algo ainda mais duro do que a fome e fadiga: as doenças. Numa sociedade marcada pela ausência de médicos, as pessoas estavam sujeitas à roleta russa da doença. Se tivesse o azar de ficar doente, um indivíduo não tinha meios de defesa para lá das mezinhas e benzeduras. Estar sujeito a esta imprevisibilidade biológica parece-me mais sufocante do que previsibilidade da fome e da fadiga. Nem estou a falar das doenças normais como a tuberculose que matou a minha avó materna. Estou a falar, por exemplo, da malária. Sim, malária. Quando digo que o Alentejo era a Mauritània, não estou a fazer estilo, estou a tentar ser preciso, estou a tentar encontrar uma comparação compreensível para o leitor contemporâneo.

A ceifa do trigo domina a grande mitologia alentejana, mas a ceifa do arroz é que era o verdadeiro Gólgota. Era preciso estar dentro de água, muitas vezes sem plásticos ou galochas; quando a água era bombeada do rio e das ribeiras, muitos peixes eram sugados para os arrozais e, com o tempo, o ar ficava empestado com o cheiro a peixe podre. A pestilência dava vômitos. O pior, porém, nem era este desconforto. Os arrozais, que hoje são palcos bucólicos de cegonhas, eram os palcos assassinos do *Anopheles Atroparvus*, o mosquito da malária. Nos anos 40, especialistas comparavam a zona do Sado com as zonas tropicais; lugares havia em que 60% a 70% da população estava infetada. A doença só seria erradicada na década de 1950.

Tendo em conta a magnitude do problema, seria de esperar que a malária estivesse no topo da martirologia alentejana. Contudo, esta doença é secundaríssima na memória dos antigos, que nem sequer reconhecem a palavra *malária* (só chegam lá com o

nome popular, *as sezões*). A tia Albertina fala das febres da malária da mesma forma que nós falamos de uma constipação. Qual é a causa desta estranha amnésia? Tendo em conta que a minha família e o povo alentejano em geral glorificam o sofrimento do passado, porque é que a malária não tem destaque? Porque a gesta alentejana do sofrimento só aceita a dor e a fadiga causadas pelo trabalho manual de sol a sol. Um indivíduo que ficasse infetado com a malária não poderia trabalhar durante dias e dias, logo estava impossibilitado de chegar à condição de mártir através do trabalho braçal. Estar de cama com febres tropicais não comovia nem comove ninguém.

Apesar da normalização urbana simbolizada pelo David, o Alentejo continua a ser o velho Alentejo num ponto: a desconfiança entre pessoas. Este pesadelo toquevilliano é evidente no trabalho de voluntariado que a Marta desenvolve num dos clubes da cidade. Ela e as colegas de direção organizam o balneário, tratam das viagens e da carrinha, pagam despesas, pensam em receitas, mas a população da cidade e arredores não corresponde. Não se pense que o problema são as infra-estruturas. Os dois pavilhões da cidade têm ótimas condições, tal como o estádio; o problema está no reduzido apego emocional entre as pessoas e a cidade. Já vi vários jogos de vários clubes e de várias modalidades em Santiago, e fico sempre constrangido com a escassez de público. Fica a ideia de que a assistência é composta apenas pelas mães, irmãs e avós dos jogadores. É por este motivo que o União Sport Club, clube mais antigo e representativo, arrasta os pés pelas catacumbas amadoras da Associação de Futebol de Setúbal, jogando contra a armada vencível da Margem Sul (Amora, Barreirense, Almada, Sesimbra, Olímpico do Montijo, Charneca da Caparica, Arrentela, União Banheirense, Alcochetense,

Palmense, Alfarim, Comércio e Indústria). Perguntei aos responsáveis do clube pela média de espectadores. Num estádio com lotação para 3500 lugares (Estádio Miróbriga), a média é de 450 espectadores. Quando tiveram conhecimento deste número, muitos familiares não esconderam a ironia: “acrescentaram um zero”. Com ou sem justiça, o comentário jocoso reflete um problema de Santiago e de todas as cidades alentejanas: as pessoas não se identificam com os símbolos da terra. Não conheço um único adepto do União. “O União não puxa”, dizem.

A diferença em relação ao norte é abissal. A população da cidade de Tondela é similar à de Santiago (4500 para Tondela, 6400 para Santiago), e a população do concelho de Tondela também é similar à população do concelho de Santiago (28 mil para 24 mil), mas o Clube Desportivo de Tondela chegou à I Liga. Passa-se o mesmo com Arouca. A vila de Arouca só tem 5 mil habitantes, o concelho 22 mil pessoas, mas o Arouca FC também atingiu o topo do futebol profissional. Porque é que existe este abismo entre norte e sul? Diferenças económicas? O Tondela é patrocinado por laboratórios farmacêuticos (Labesfal Genéricos, Control Vet), por uma empresa de design e publicidade (Ser e Parecer), por uma leiloeira (LC Premium) e por uma empresa do sector alimentar (Gialmar SA) que pertence ao presidente do clube, Gilberto Coimbra. E o União de Santiago? À primeira vista, não se pode queixar, pois conta com o patrocínio de gigantes do complexo industrial de Sines, a Petrogal e a Repsol. A questão é que estas empresas são titãs internacionais, estão num concelho vizinho e, em consequência, nunca seguirão o exemplo de Gilberto Coimbra, nunca tomarão as rédeas do União. Têm mais que fazer. Essa liderança tem de ficar a cargo da elite local. E como é que a elite local apoia o União? Não apoia. Existe apenas um patrocínio local, “O Botelhos” (vendedor de

automóveis). Não chega. Onde estão os restantes empresários e lavradores do concelho de Santiago? Porque é que não se juntam para projetar a terra no espaço nacional? Em Grândola, em Odemira e nas vilas e aldeias do seu próprio concelho, Santiago sempre foi conhecida por ser uma cidade aristocrática. Esse dinheiro antigo é visível em certos trejeitos e no parque automóvel. Onde está então o Gilberto Coimbra de Santiago? Onde está o notável local que se sacrifica pela comunidade? Não se pense porém que os únicos culpados estão na classe alta. No geral, vive-se bem em Santiago, que neste momento tem um PIB per capita de 96% da média nacional. Arouca tem 65% dessa média e Tondela 69%. Santiago não tem desculpa.

Se não é o dinheiro, será que a causa da desconfiança é a densidade populacional? No conjunto, o Alentejo tem 24 habitantes por km²; o Alentejo Litoral tem 18 habitantes por km², Santiago tem 28 pessoas por km², Arouca 65 e Tondela 75. A densidade de Arouca e Tondela é superior, sim senhor, mas não é esmagadora. Além do mais, as distâncias alentejanas já não são asfíxiantes como em 1960, toda a gente tem carro ou mota. Não é por aqui que o gato vai às filhoses. E se os laços de vizinhança dependessem apenas da quantidade de pessoas encafuadas por km², o Estrela da Amadora seria um portento europeu, visto que representa a cidade portuguesa com maior densidade populacional (mais de 7 mil pessoas por km²) e o Odivelas FC estaria ao nível dos três grandes, pois representa a terceira maior densidade populacional do país (mais de 5 mil pessoas por km²). Não, a causa do reduzido bairrismo não está no mundo empírico, está no mundo moral. O União nunca sairá da Liga dos Últimos porque quando chegamos a Santiago só vemos pessoas sozinhas a andar de um lado para o outro; quando chegamos a Arouca vemos pessoas a falar em grandes grupos. O União nunca

sairá da cepa torta porque há poucas Martas no Alentejo, há poucos alentejanos dedicados ao voluntariado. A Marta perde dias da sua vida na organização de uma atividade que ocupa os tempos livres de dezenas de pessoas, mas não recolhe o respeito que merece. Os antigos dizem que ela “está a trabalhar de graça”, “que é escrava dos outros”, etc. A Margarida enfrenta o mesmo problema num clube minúsculo do interior do concelho. A sua própria mãe despreza o voluntariado que oferece à terra.

Uma das minhas páginas favoritas da imprensa portuguesa é aquela do *Jornal de Notícias* que mostra o dia-a-dia dos pequenos clubes da região norte; cada clube tem sempre duas ou três pessoas que dão a vida pela coletividade, são faxineiros, bilheteiros, roupeiros, massagistas, fazem as linhas do campo com a máquina do cal, servem imperiais e, acima de tudo, servem a comunidade. Nunca sentem que estão a ser totós. Esta figura é raríssima no Alentejo. O alentejano acha que está a ser enganado se trabalhar de graça, não confia no vizinho. Nem sei se o conceito de *vizinho* é aplicável.

A coragem toquevilliana da Marta volta a ser evidente na aproximação à Igreja. Contra a vontade dos antigos, batizou e colocou o David na catequese, há uma bíblia na estante da sala, e o padre da paróquia é da lidação da família. O padre Pedro Guimarães foi mesmo uma das grandes revelações destas viagens. Conheci-o no pequeno campo de futebol que está no monte; estava a jogar na equipa do Vasco e foi mais ou menos impossível não reparar no seu pé esquerdo. “Quem é aquele canhoto com um pezinho à Madjer?”, perguntei. Um dos participantes habituais da jogatana respondeu: “é o padre”. O padre? Como assim, o padre? Alto e meio ruivo, Pedro podia ser o Padre O’Malley das séries americanas. Natural de Felgueiras, não esconde o sotaque e a convicção religiosa numa terra que sempre olhou de lado para a religião; consciente de que tem em mãos um território ainda

por evangelizar, adotou a única atitude possível: é quase um pastor evangélico na forma como sai dos claustros para se juntar à cidade. Joga à bola com a malta, bebe uns copos, vai ver os miúdos do hóquei e as miúdas da patinagem, vai assistir à maratona de futsal (24 horas seguidas) no pavilhão do Juventude Atlético Clube, bate às portas para saber se os pais querem os filhos na catequese e nos escuteiros, etc.

A familiaridade entre alguém da família e um padre seria por si só uma surpresa. A surpresa aumentou quando percebi que ele é mesmo amigo da Marta e Vasco. Não se limita a jogar à bola no monte, janta lá em casa. Naquela noite, nem queria acreditar quando o vi chegar. Fiquei sem reação. Um padre num jantar da família? Durante o repasto, falámos sobre velhas rivalidades, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, Benfica e Porto, norte católico e sul pagão; abordámos os problemas de Santiago, a forma como ele recusa transformar a Igreja num salão de cerimónias para pessoas que não levam a vida paroquial a sério, a imensa solidão das missas em terras como Abela e São Domingos, o suicídio que por vezes se expande como uma epidemia de malária; no final da noite passámos do vinho para o moscatel mas continuámos a falar de fé, do *Expresso*, de Ratzinger, dos salários dos padres; acabámos a noite a jogar à moeda com a Marta, Vasco e David e, um momento quase revolucionário, o jogo foi interrompido para que Pedro ensinasse Marta a reconhecer as indicações bíblicas (ex.: Mateus 22:23).

Ver um padre a ensinar alguém da minha família a ler a Bíblia é mais ou menos como descobrir um novo elemento químico na tabela periódica. Na aldeia, os nossos Natais eram passados com o clero a pelo menos 30 quilómetros de distância; se me falassem em Missa do Galo, eu assumiria que estavam a falar de culinária e não de liturgia; a noite de 24 para 25 Dezembro era

passada à lareira ou na rua: puxávamos fogo a um tronco velho e ficávamos ali fora a conversar e a assar chouriços e linguças; as Páscoas eram só um pretexto para uma ida à terra. É por isso que nunca esquecerei o meu primeiro embate com o norte católico. Foi na zona de Meda (Beira Alta) há cerca de quinze anos. Senti-me num país estrangeiro perante a agitação religiosa da aldeia durante a Páscoa. Ele é o padre que entra em casa com os acólitos, ele é o beijo que é preciso dar na cruz, ele o envelope que é preciso dar ao padre, ele é a volta que é preciso dar às outras casas pois nesse dia todos os vizinhos abrem a porta para comes e bebes, ele é a procissão com o andor, etc. 470 km separam Santiago e Meda na geografia, mas na cultura a distância leva mais um zero. E é aqui que está a grandeza comovente da Marta. Ela está a lutar em campo aberto contra o zero a mais. Por opção própria e por respeito pelo marido que por acaso é da zona de Meda, Marta procura reduzir a distância cultural entre o Portugal nortenho e católico e o Portugal sulista e anti-clerical. Ao abrir as portas de sua casa e os ferrolhos da sua cabeça a um padre, ela está a desafiar séculos de desconfiança entranhada na cultura alentejana e na própria família; está a tentar bombear sangue do norte a partir de um coração alentejano. É mais ou menos como aquela música, *Irish blood, English heart*.

Se admiro a coragem cívica que a Marta coloca na criação dos laços sociais (clube e Igreja) que procuram destruir a velha desconfiança alentejana, também é verdade que sinto um fascínio literário pelos antigos como a tia Albertina. A sua desconfiança tem razão de ser, é o resultado de uma história que está por contar: a história da violência política do país, em geral, e do Alentejo, em particular. Para entendermos a pose desconfiada dos homens à porta dos cafés destas aldeias e vilas, para

compreendermos a ausência de sorrisos em lojas e cafés mesmo em Santiago, para lidarmos com a antipatia sulista em geral, devemos assimilar um ponto prévio: o verdadeiro país camiliano e violento não está no norte, está no Alentejo e no seu prolongamento serrano, a serra algarvia.

Durante os séculos da Reconquista, o Alentejo assumiu o papel de Austrália, isto é, foi povoado com o refugio do norte: nobres de segunda linha que procuravam a sua sorte nos territórios conquistados; nobres caídos em desgraça junto do rei que tentavam a redenção através de operações de conquista no campo muçulmano (ex.: Geraldo sem Pavor); criminosos de delito comum que eram forçados a povoar a linha de defesa alentejana (coutos homiziados); ordens militares que ocupavam milhares e milhares de hectares (ex.: Ordem de Santiago). Sem surpresa, esta fauna desenvolveu uma cultura baseada na violência, na rapina e até na escravatura (escravos mouros). No final da Reconquista, o Alentejo, outrora próspero no tempo dos romanos, não passava de uma charneca inabitável. Esta rotina violenta prolongou-se no tempo e até foi reforçada pelas guerras da independência pós-1640, pelas invasões napoleónicas, pela nossa guerra civil e pelas guerrilhas e pelo banditismo que se seguiram. O Alentejo foi palco privilegiado das famosas guerrilhas miguelistas (Remexido, irmãos Baioa); Francisco e João Baioa chegaram a controlar territórios acima da linha de Setúbal (Lave, Canha, Vendas Novas). Na resposta, os liberais assassinaram e deportaram centenas ou milhares e criaram bandos de guerrilheiros liberais. Não é por acaso que durante o século XIX o Alentejo causava terror aos visitantes ingleses que falavam sempre de um território sem lei dominado por bandidos, habituado ao homicídio e dizimado por epidemias. Era o faroeste deste lado do Atlântico. João Canijo filiou esta cobiada alentejana em *Alentejo sem Lei* (1988).

Tudo isto significa que até à segunda metade do século XIX os alentejanos só conheceram um cenário político: o ambiente de guerra civil; a sua linguagem política era a violência entre inimigos e não processos constitucionais entre adversários ou amigos; o seu instrumento não era a lei, era a clavina, o revólver e a navalha omnipresente que não servia apenas para cortar toucinho. Por outras palavras, o alentejano viveu toda a vida no estado da natureza hobbesiano, na anarquia pré-política e pré-lei onde o vizinho é sempre um inimigo em potência, onde não existe o monopólio da violência do estado nem a malha legal do estado de direito. E o pior é que este cenário continuou inalterado mesmo depois do período do banditismo pós-guerra civil. Herdeiros dos velhos guerrilheiros, os famosos malteses vaguearam pela planície até meados do século XX. Semi-pedintes e semi-cowboys, semi-ativistas e semi-gangsters, os malteses andavam em bando, roubavam ricos e pobres e, quando não roubavam, ameaçavam deitar fogo a casas e colheitas.

É tentador explicar o fenómeno do maltês através da pobreza, mas a explicação não cola por várias razões. Em primeiro lugar, não existe qualquer ligação moral entre pobreza e crime; um pobre não é um criminoso em potência. Em segundo lugar, os alentejanos não tinham o monopólio da pobreza. Os beirões eram tão ou mais pobres do que os alentejanos. No tempo da ceifa, o Alentejo enchia-se de “ratinhos” – beirões que desciam as serras para procurar trabalho na planície. Portanto, estamos perante uma de duas hipóteses: ou os “ratinhos” eram mais pobres do que os alentejanos (pois até tinham de fazer migrações), ou não tinham vergonha de pedir trabalho ou ajuda. Em terceiro lugar, o alentejano podia ser demasiado orgulhoso para pedir ajuda; o orgulho do porte alentejano refletia-se no maltês, o homem que preferia roubar a pedir. Na *Canção do Maltês*, Manuel da Fonseca celebra:

A filha do lavrador,
estendeu-me um canto de pão
com azeitonas maduras
não aceitei como esmola
antes roubar que pedir.

Em quarto lugar, a raiz do maltês é mais política do que económica. O estado liberal revelou-se incapaz de penetrar no território alentejano, que permaneceu em grande medida fora da lei. Os bandos de malteses puderam continuar a cultura e o modo de actuação dos velhos bandos de guerrilheiros, o que alimentou ainda mais o ciclo vicioso do estado da natureza: a ausência do estado de direito encorajava o crime devido à sensação de impunidade; por sua vez, o crime encorajava a justiça privada de quem tinha posses. Para compensar a ausência do polícia e do magistrado, os lavradores contratavam capangas privados numa lógica de *cowboy* contra *cowboy*. Estava montado o cenário para que o crime fizesse parte da ordem natural das coisas. Apesar de ter uma percentagem reduzida da população, o Alentejo estava no pódio da criminalidade nacional. No final do século XIX (1891-1895), Évora estava no segundo lugar no número de criminosos com uma média de 6,9 criminosos julgados e condenados por 1000 habitantes; Lisboa tinha 19,3 e o Porto 6,7; Beja seguia por perto com 5,2. O crime era a respiração do sul. A este respeito, um amigo contou-me uma história elucidativa. Nos anos 20 do século XX, a sua família de Ervidel costumava passar férias em Sines onde alugava uma casa de pescadores durante Agosto ou Setembro; a viagem demorava dois dias e a família sabia que tinha de ir armada até aos dentes ou com capangas privados, caso contrário seria atacada por malteses. Não tenho como fugir à evidência cinematográfica: os meus bisavós e avós cresceram num filme de *cowboys*.

Os meus pais, por sua vez, cresceram numa distopia política. Durante o Estado Novo, o Estado fez finalmente a sua aparição no sul, mas foi uma aparição autoritária e repressora. A GNR foi sempre encarada como uma força invasora que provocava e legitimava os instintos guerrilheiros do alentejano. Por esta razão, o grande símbolo alentejano não é Catarina Eufémia, mas sim António Dias Matos. Em 1932, na zona de Beja (Trindade), Dias Matos furtou uma saca (repito: uma saca) de aveia na Herdade da Moleneta para matar a fome da mulher e filhos. Numa resposta desproporcionada, a GNR prendeu Dias Matos e a mulher, que acabou por morrer na cela durante o interrogatório. Depois do enterro, o viúvo resolveu fazer justiça pelas próprias mãos. Entrou na herdade e disparou sobre o lavrador, Francisco Manuel Coelho, sobre o irmão do lavrador, Manuel Francisco Coelho, e sobre a matriarca, Bárbara Maria. Nos momentos que se seguiram não fugiu, mandou os miúdos para os cerros e fechou-se em casa. Quando um capitão da guarda tentou negociar a sua rendição, Dias Matos trespassou-o com uma bala e seguiu-se uma zumbideira de balas que durou sete horas. Bom atirador, o rebelde resistiu e forçou a guarda a puxar do ás de trunfo: uma metralhadora. Com cinco balas da metralha no corpo, Dias Matos rendeu-se. A caminho da prisão, pediu água mas só engoliu o cano de uma arma: o guarda disparou abrindo-lhe um buraco na parede da boca. Dias depois, Dias Matos foi enterrado como um herói, qual Ned Kelly da nossa Austrália, qual símbolo de uma cultura habituada à violência e à resistência à dor física. Resistência, essa, que se tornaria lendária nos confrontos posteriores com a PIDE. Numa peça de teatro que recolhe e transmite *ipsis verbis* testemunhos reais de mulheres torturadas pela PIDE (“Coragem Hoje, Abraços Amanhã”), a dramaturga Joana Brandão nunca indica a origem geográfica das

vítimas, mas as expressões utilizadas denunciam a raiz da maioria das torturadas: Alentejo.

Convém, contudo, recordar que esta guerra entre alentejanos e a guarda começou durante a I República. Quando percebi este ponto, tornou-se claro que tinha de voltar à estrada. É que a aldeia situada entre Alvalade e os Bicos, Fornalhas, foi palco de um dos confrontos centrais da nossa história recente: a Revolta do Vale de Santiago (Fornalhas pertence a Vale de Santiago, Odemira). Em 1917 foi ali implementada a primeira comuna de Portugal, a Comuna da Luz, inspirada por António Gonçalves Correia, figura de barbas tolstoianas, anarquista, ambientalista, talvez nudista. Um ano depois, no contexto da greve geral de Novembro de 1918, alguns dos membros da comuna juntaram-se a outros trabalhadores numa espécie de reforma agrária espontânea. Arrombaram, por exemplo, o celeiro do lavrador António Eduardo Júlio e distribuíram cereais pela população. Este e outros proprietários mobilizaram de imediato os seus jagunços para confrontarem estes malteses de nova geração, malteses com inspiração ideológica. Mas foi a chegada da GNR que levou à mudança de estratégia dos revoltosos: sessenta anarquistas tomaram uma posição defensiva num cerro. Houve troca de tiros, mortos e feridos, mas os rebeldes aguentaram a posição. Perante o impasse, José Júlio da Costa, lavrador de Garvão (Ourique) e republicano devoto, subiu ao cerro para mediar o conflito. Os rebeldes acreditaram na palavra de Júlio da Costa e depuseram as armas. Num volte-face, o governo em Lisboa não aceitou a validade do acordo e deu o dito por não dito. Os rebeldes foram presos ou enviados para o degredo; muitos fugiram e andaram a monte durante anos. Sentindo-se traído, José Júlio apanhou o comboio até ao Barreiro, tomou o barco até Lisboa, dirigiu-se à estação do Rossio com uma pistola dissimulada debaixo do

capote assassinou o chefe de governo, Sidónio Pais. Foi o assassinio uma questão de honra ou uma conspiração republicana? Não sei. Sei apenas que o assassinio de Sidónio Pais começou na estrada que me apavorava em garoto. Sem o saber, estive toda a vida sentado num tesouro. Como é óbvio, tentei explorá-lo mas fui recebido com tanta frieza que desisti de fazer perguntas. Nas Fornalhas e no Vale, senti o rosto cravado por olhares que se assemelham àquelas miras vermelhas a laser.

Ninguém na família conhecia a história da revolta e da comuna, nem sequer as primas que vivem um pouco mais abaixo nos Bicos. Descobri-a quase por acaso. É assim o *omertà* alentejano: as histórias não passam de pai para filho. Seja como for, agora sei que os meus avós nasceram e cresceram numa região marcada pela violência e – tendo em conta as suas inclinações políticas – sei que foram pelo menos apoiantes da revolta do Vale. No ano da revolta, o avô Inácio tinha dez anos. É evidente que respirou esta tensão, que mais tarde se consubstanciaria na pertença ao Partido Comunista. Mais: depois de reler o seu espólio de quadras populares (aquelas que eu passava a limpo há vinte cinco anos), fiquei com a ideia de que o meu misterioso bisavô poderá ter sido um dos sessenta revoltosos do Vale. Um dos versos deixa espaço para a dúvida:

Com o meu querido pai amado
tive que me dar convencido
que nos Bicos foi falecido
E que no Vale foi sepultado.

“Tive que me dar convencido”. Quer isto dizer o quê? Que não viu o cadáver? Porque é que o meu avô nunca viu a campa do seu pai? Será que o meu bisavô foi mesmo um dos rebeldes? Talvez

fosse possível tirar isto a limpo em arquivos legais, mas não é esse o propósito deste livro. Não me interessa saber a identidade do meu bisavô, mas interessa-me registrar que nunca ninguém soube o seu nome, porque o avô Inácio transformou o assunto num tabu, porque o meu pai e tios nunca tiveram a curiosidade ou a coragem para fazer a pergunta óbvia: “pai, quem era afinal o meu avô?”.

Fala-se muito na ausência de Deus para descrever o Alentejo, mas julgo que antes de tudo o alentejano define-se por esta ausência de passado. Devido ao lastro da bastardia e da violência, as famílias fecham-se num presente sem acesso ao passado. É melindroso abordar o passado quando se tem tantos meios-irmãos, meios-primos, meios-tios e quando existe uma história tão antiga de violência (crime, revoltas, Pide, GNR, banditismo, maltesaria, suicídio). Eu, por exemplo, tenho todos os cromos para a troca: bisavós cuja vida teria sido mais fácil num bordel, trisavôs assassinados, bisavôs misteriosos, avós sem pai, tias e tios-avós suicidas. E se o passado é este terreno movediço, o futuro é terra incógnita. O que quero dizer com isto? Quando relacionamos a ausência de passado com a tal ausência de Deus, percebemos que o alentejano é um ser estranho, é um navio sem âncoras ou velas, não está ancorado a um passado familiar e não navega em direção a um conceito redentor de futuro. Sem o porto familiar a proteger-lhe a retaguarda e sem um Deus a abrir-lhe horizontes, a mente alentejana fica a rodopiar sobre si mesma num presente eterno que se repete todos os dias como no filme “O Dia da Marmota”; sem poder invocar o passado e sem autorização cultural para falar em redenção, resta ao alentejano a conversa de circunstância ou o silêncio, esse peso que se acumula nos ombros ano após ano.

Mistérios e silêncios à parte, o certo é que os alentejanos em centenas de anos só conheceram duas realidades políticas:

a ditadura e, acima de tudo, a anarquia do estado da natureza. Um surpreendido Lord Porchester, um dos visitantes ingleses do século XIX, dizia que havia no Alentejo “zonas selvagens onde pessoas fugiam em terror quando se aproximavam estranhos”. Não percebo a surpresa do inglês. Esta é reação natural de qualquer povo a sofrer um estado de sítio; fugir assim que se avista um estranho é a reação normal da anarquia. Século e meio depois do relato de Porchester, os alentejanos já não fogem mas ainda olham com desconfiança – o que faz sentido. Convém portanto sublinhar que a marca de água do alentejano não é a pobreza ou o calor. O que define a tia Albertina não é a pele áspera das mãos, é o franzir de olhos, é a tensão nos ombros e a desconfiança que derrama sobre qualquer forma de poder (estado, igreja, patronato, clubes, associações). A tia é o final de uma linha de séculos de anarquia, guerra, guerrilha, banditismo, maltesiaría, ditadura, repressão. É por tudo isto que costumo dizer ao David que ele não sabe a sorte que tem. Ele é o primeiro alentejano a viver em paz e em perfeita normalidade constitucional. Nem a sua mãe teve direito a essa normalidade porque cresceu nos vapores da reforma agrária. Num certo sentido, David é o primeiro alentejano a sentir-se parte de Portugal.

A ideia de que o Alentejo é um espaço novo saiu reforçada após a visita ao local onde nasceu o meu pai, que mais uma vez resolveu surpreender-me com o seu silêncio. Dias e dias depois do início destas viagens, o seu bigode já grisalho intrometeu-se entre mim e o ecrã do portátil. “Tens de vir comigo ali a um sítio comprar sementes”, disse. Era uma óbvia mentira. A caminho do Cercal, parou o carro na tasca abandonada que fica junto da antiga casa da bisavó e informou-me: “ali à esquerda está a casa da bisavó, como sabes, ali à direita vamos dar ao sítio onde eu nasci

e vivi até aos três anos, até nos mudarmos para a Pouca Sorte”. Perguntei-lhe porque é demorou dias e dias para me mostrar este sítio e porque é que passou trinta e seis anos a dizer que era natural de Sines. Não respondeu à primeira pergunta e, em relação à segunda, limitou-se a dizer que ali já estávamos no conselho de Sines. Não vale a pena argumentar com o *omertà* alentejano.

O tal sítio chama-se Pego da Silha, um monte longínquo e abandonado situado a alguns quilómetros a leste de Porto Govo. Chegar lá perto exigiu sentido de orientação à tuaregue e precisão automobilística à Paris-Dakar. É sem dúvida o local mais árido e agreste que já vi. Num raio de centenas de hectares só vemos vales e contra-vales forrados a xisto cinzento. Esta paisagem ondulante é ainda mais seca e quente, visto que as lascas de xisto refletem a luz do sol como uma gigantesca calçada. Ao pé desta fornalha lunar, a areia negra da Pouca Sorte é o delta do Nilo. Como é que se podia nascer e viver ali em 1954? Criar uma família neste local era um inexplicável ato de resistência perante a ditadura dos elementos. Este Pego da Silha era o perfeito vale dos leprosos, um local abandonado pela civilização e até pela natureza. E foi ali, junto do berço lunar do meu pai, que me ocorreu uma explicação ainda mais simples para a cultura alentejana e para a minha família. É óbvio que a minha avó só podia considerar absurda a ideia de um neto superar o seu meio social: ela criou os filhos num local onde era inconcebível a ideia do homem superar o seu meio natural.

Ao longo deste livro, tenho usado o conceito de estado da natureza no sentido hobbesiano, mas há um sentido mais simples e intuitivo da expressão: o Alentejo vivia e ainda vive no estado da natureza porque o alentejano vivia e ainda vive às ordens da natureza. Os meus antepassados nunca domaram o meio natural que lhes calhou em sorte na roleta geográfica, nunca tiveram

os meios para se elevarem acima dos elementos, visto que não tinham água, não tinham barragens para domar cerros de xisto e campos de areia negra. Sem água para o regadio que permite ao homem colocar rédeas na natureza, os alentejanos tinham de se sujeitar ao sequeiro, que é uma sujeição humana aos humores do clima. Como dizia Orlando Ribeiro, no Alentejo até os sobreiros deviam crescer sem intervenção humana. No lado oposto do espectro, beirões e minhotos sempre dispuseram dos meios necessários para controlar o seu espaço. No Minho havia água por todos os lados, em Aveiro os agricultores escravizavam a terra à custa do moliço; não era necessário fazer longos pousios como no Alentejo, a terra era adubada todos os dias com a riqueza retirada da Ria. No norte montanhoso, Alto Douro e Trás-os-Montes, os locais também encontraram escassez de água, mas tinham pela frente um espaço para conquistar: as montanhas, que foram domesticadas, esquadreadas e limadas em perfeita esquadria. Ao longo de três séculos, transmontanos e beirões arrancaram e moeram pedras, transportaram lá para cima cestos de estrume e lodo que ainda hoje sustentam a interminável escadaria de geios onde se produzem os vinhos do Porto e do Douro. Este Douro vinhateiro é uma das mais admiráveis vitórias do homem sobre a natureza – tão poderosa e bela como a conquista holandesa do mar.

O homem pode dominar uma montanha, podemos limá-la, esquadrear-lá, embelezá-la e, após alguns séculos, a montanha já não é uma paisagem mas uma escultura. Mas o que é que o homem pode fazer com areia se não tiver água em abundância? Sem barragens e canais, o alentejano só podia ser escravo da natureza e, tragicamente, acabou por desenvolver uma cultura que eleva essa escravatura ao estatuto de imperativo moral. Talvez seja esta a essência do porte alentejano: o homem da planície fundiu-se com a própria terra, entregou o seu livre-arbítrio

à natureza e, em consequência, despromoveu a acção humana (benigna ou maligna) à condição de mera extensão da natureza. A mais telúrica e tétrica letra do Cante explica:

Criei o corpo comendo
desta terra da charneca
ao entrar na cova aberta
Só estou pagando o que devo.
Eu sou devedor da terra
(...)
a terra paga-me em vida,
eu pago à terra em morrendo.

Ao longo dos anos, a falta de água também me afetou. Tal como sucedeu com as primeiras incursões no norte católico, senti as minhas primeiras idas ao norte verdejante como viagens ao estrangeiro. Por exemplo, nunca esquecerei a primeira vez que fui a uma terra chamada Vide. Era verão, mas o rio corria forte, havia cachoeiras, deixámos as toalhas num prado viçoso que era a margem, subimos às árvores e saltámos para a água fresca e pesada. Para quem estava habituado a uma barragem de água preta no meio do deserto, Vide foi um Aleluia aquático. Ainda hoje, quando passo temporadas em Aveiro ou Minho, sinto que estou num conto de fadas hídrico. Até o Mondego, em Coimbra, me deixa uma sensação de encantamento. Mas isto está a mudar. O alentejano já não tem de olhar para a água como o boi para o palácio.

Ao lado do Pego da Silha há agora uma barragem que por pouco não submergiu o velho monte. É a Barragem de Morgavel que só foi inaugurada em 1980, tinha eu um ano de vida. Perante este dado inesperado, fiquei curioso em relação à idade

das restantes barragens da região e exigi ao meu silencioso parceiro uma volta pelas barragens da zona. No Rio Mira há a Barragem de Corte Brique (1993) e a Barragem de Santa Clara (1968). Na bacia do Sado há a Barragem de Água Industrial, a Barragem de Águas Claras e a Barragem dos Rejeitados (1990), a Barragem de Porches (1991), a Barragem do Alvito (1977), a Barragem da Daroeira (1953), a Barragem de Vale Gaio e a Barragem do Pego do Altar (1949), a Barragem do Roxo (1967), a Barragem de Odivelas e a Barragem do Monte da Rocha (1972). A única que tem uma idade mais ou menos profética é a Barragem da Tapada, junto às Ermidas, mas mesmo assim só tem um século (1913). Não é nenhum Matusalém. E qual é a idade da barragem junto à aldeia dos avós, a Barragem de Fonte Serne? É de 1976. Eu pensava que ela estava ali desde o princípio do tempo, mas afinal só tem mais três anos do que eu. No seu conjunto, o ano médio do programa de barragens do Sado e Mira é 1969; se lhe retirarmos o elemento estranho (a Tapada de 1913), o ano médio é 1973. Moral da história? A colonização efetiva do Alentejo só foi iniciada em meados do século XX e só foi completada já no século XXI com a finalização das obras do Alqueva. Isto significa que os alentejanos só podem ter esperança no futuro. O Alentejo só agora começou a sua história enquanto espaço humano e colonizável. No princípio do mundo todos os homens eram como os malteses do tempo dos meus avós, homens absolutamente miseráveis e absolutamente livres, vagueando sem eira nem beira por uma região assolada pela malária. Passadas três gerações, muita coisa mudou e, pela primeira vez na história, o alentejano pode ser um colono a sério. Se o David é o primeiro alentejano a sentir o estado de direito que nos eleva acima do estado da natureza hobbesiano, também é o primeiro alentejano a dispor da capacidade material que nos eleva acima da natureza no sentido mais rudimentar do termo.

Sim, eu sei que esta é uma esperança nova e frágil. Sim, sei que estas barragens só representam alguns milhares de hectares de rega num universo de milhões de hectares de terra arável. Sim, também sei que quando observamos o Alentejo a partir do ponto de vista de Deus só vemos uma ou outra mancha azul no meio da fornalha amarela. Sim, tudo isso é verdade, mas também é verdade que tenho memórias que não são sonhos, como esta: sou pequeno, ainda louro, o meu pai – ainda com barba à anos setenta – leva-me pela mão ao longo do canal de rega; estamos a um palmo da berma, oiço o deslizar da água e o vento nas calças à boca-de-sino do meu velho; caminhamos em direção ao tio Francisco e, assim que o cumprimentamos, ele começa a girar a enorme roda de um dique que sobe aos poucos para deixar a água cair no arrozal que espera lá em baixo. Esta cena ocorreu na Herdade da Tarrazina no cruzamento entre a ribeira de Campilhas e a ribeira de São Domingos, ou seja, este fragmento dos anos 80 só foi possível graças ao canal de rega da Barragem de Campilhas que foi inaugurada em 1954. Tem a idade do meu pai. Dizer que o Alentejo é um imenso deserto com alguns pontinhos azuis é estar a ver as coisas ao contrário. Ao início só havia deserto. Sim, a esperança que cobre o futuro do David, da Marta e da Margarida ainda é ténue, é a esperança que pode haver à saída de um funeral, mas é esperança.

IV.

A ideia de que o Alentejo é, por um lado, um espaço novíssimo e, por outro lado, uma cultura dominada pela violência do estado da natureza foi reforçada quando virei agulhas para o lado materno da minha família, uma empreitada que dependia desde o início do acesso à Ti Cidália, ex-vizinha dos meus avós maternos na aldeia, Foros do Sobralinho (uma légua a oeste dos Foros da Pouca Sorte) e ex-vizinha do nosso primeiro bairro na Grande Lisboa, a Portela da Azóia. Depois da reforma, Cidália comprou casa em São Domingos e voltou ao Alentejo.

Sáimos de Santiago em direção a São Domingos, e desta vez levámos a minha mãe, peça fundamental para quebrarmos o gelo com Cidália. Debaixo da luz impiedosa do meio-dia alentejano, toquei à porta da sua pequena casa situada junto ao centro de dia. A Ti Cidália apareceu como sempre a conheci: baixa, óculos, cabelo de um branco imaculado, bata de chita, um sorriso malandro; tem quase 90 anos, mas parece que foi criopreservada aos 60. Como combinado, fomos almoçar ao café da terra onde só encontrámos homens. Uns estavam a ver com comovente atenção um episódio da BBC Vida Selvagem na SIC que envolvia tubarões e focas, outros estavam na típica mesa dos petiscos a “mamar copos”. Foi ali na taberna de São Domingos, ao som do *voz-off* da BBC Vida Selvagem, Eduardo Pêgo, que descobri a pequena grande história do meu bisavô materno, o Carlinhos, que começa num pormenor que escapa ao radar da maioria das pessoas: a emigração é rara no Alentejo.

Não existem *maisons* e *avecs* no sul. Nos anos 50, 60 e 70 do século passado, centenas de milhares de alentejanos saíram das suas terras, mas o seu destino não foi a França. Não emigraram, migraram para Lisboa, para a Margem Sul ou para a minha Cintura Industrial de Lisboa. Eu sou o *avec* do Alentejo. A minha família tinha dezasseis potenciais migrantes (o meu avô paterno teve dez filhos, o materno seis), mas apenas um emigrou em definitivo para o estrangeiro (Alemanha); dos dezasseis, onze migraram em definitivo para os subúrbios de Lisboa. Só quatro ficaram no Alentejo. Esta matemática familiar bate certo com a matemática geral das migrações. O distrito de Beja só representou 1,09% da emigração nos anos 60, Setúbal 1,75%, Évora 0,38%, Portalegre 0,37%. No distrito de Beja emigraram 2,53 pessoas por mil habitantes, um registo muitíssimo inferior aos números nortenhos: Braga 10,09, Castelo Branco 10,57, Bragança 10,47, Guarda 13,28, Leiria 12,25, Viana do Castelo 13,12. Apesar de Linda de Suza ser alentejana, a mala de cartão não é uma história sulista. A nossa história é o êxodo rural, um fenómeno menos estudado do que a emigração. Nos anos 50, o Alentejo perdeu 98 mil habitantes para o êxodo em direcção a Setúbal e Lisboa. A debandada acelerou nos anos 60: 150 mil alentejanos saíram das suas terras entre 1960 e 1970. O distrito de Beja perdeu então 71,7 mil pessoas (25,9% da população), Évora 40,2 mil (18,3%) e Portalegre 41,8 mil (22,2%). Temos ainda de acrescentar a movimentação interna dentro do distrito de Setúbal, isto é, a migração do meu Alentejo litoral para a cidade de Setúbal e restante Margem Sul. Nos anos cinquenta, esta movimentação sadina rondou as 17 mil pessoas (20% da população do distrito), a terceira maior movimentação intra-distrital logo a seguir ao Porto e Lisboa. Nos anos 60, este número só pode ter aumentado. Ora, entre 1950 e 1970, a Grande Região de Lisboa passou de 1 milhão e 294 mil habitantes para 1 milhão e

815 mil. Entre estes 521 mil novos lisboetas havia pelo menos 250 mil alentejanos – um exército que se fez ouvir no PREC.

Mas para compreendermos a geração do meu bisavô Carlinhos temos de recuar ainda mais, temos de olhar para o tempo dos *brasileiros* de Camilo. Porque é que, ao contrário de minhotos e beirões, os alentejanos não participaram na emigração para o Brasil na segunda metade do século XIX e início do século XX? Há quem argumente com a alma alentejana, ou com o feitiço da planície, que alegadamente prendia os alentejanos. Não acredito nestas efabulações. A meu ver, a ausência de emigração alentejana tem duas explicações. Em primeiro lugar, apanhar o barco para o Brasil implicava algum dinheiro; a passagem do navio requeria a venda de uma ou duas parcelas de terra. Os alentejanos eram os pobres dos pobres, não tinham nada para vender. Em segundo lugar, o Alentejo continuava à espera dos próprios alentejanos. E era aqui que eu queria chegar. Como diz a Ti Cidália, “estava tudo por amañar, meu menino”. Os alentejanos viviam em grandes cidades como Elvas ou Évora (espaços urbanos só superados por Lisboa), deixando ao abandono a gigantesca charneca que só tinha um tipo de inquilino humano: o pastor que passeava rebanhos de cabras e ovelhas. O norte, sobretudo o norte litoral entre Coimbra e o rio Minho, sempre foi um formigueiro humano e a sua colonização é muitíssimo anterior à própria nacionalidade portuguesa. Ao invés, o Alentejo ainda estava à espera de colonização no século XIX. Qualquer vila do norte tem centenas ou milhares de anos; Ermidas-Sado tem cem anos (conheci o neto do fundador em Lisboa) e Santo André quarenta – são bebês de cueiros quando comparadas com as idades abraâmicas das Santas Marias da Feira.

Quando olhamos para o mapa dos capitães de ordenança de 1825, constatamos que todas as regiões do país apresentavam

inúmeras capitânias, exceto o Baixo Alentejo, sobretudo este Alentejo litoral; em 1864, oito concelhos do Alentejo tinham menos dez habitantes por km², e Alcácer só tinha cinco, a taxa mais baixa do país. Não surpreende se pensarmos na malária que devastava esta zona. Alcácer só podia ser uma vila sazonal e desolada. Se avançarmos até 1917, verificamos que o Alentejo continuava a não ser uma paisagem humanizada: Aveiro tinha 397 estabelecimentos fabris, Beja 27 (até Castelo Branco tinha 205 fábricas); o número de motores era de 142 em Aveiro e 10 em Beja; a energia total de Aveiro rondava os 4314 cavalos de potência, em Beja a energia disponível não ultrapassava os 241 cavalos de potência. Ao longo dos tempos, muitos governantes tentaram resolver o problema, mas o cenário só começou a mudar no final do século XIX. Em 1868, um relatório governamental declarou que Portugal não existia na prática entre a Gordilheira Central e o Algarve; no Alentejo, a agricultura circunscrevia-se aos terrenos em redor das poucas cidades e a esmagadora maioria do território era composta por maninhos de estevas, giestas, medronheiros e tojos, que volta e meia eram incendiados para que o pasto de ovelhas e cabras fosse renovado. A areia preta da aldeia não é areia, é cinza.

Em 1887, saiu a lei-chave para a colonização alentejana: a Lei de Fomento Rural de Oliveira Martins que inaugurou longas décadas de protecionismo agrícola e de fomento da produção de cereais em Portugal. Liberais, republicanos e salazaristas partilharam o mesmo sonho: o pão português tinha de ser feito com trigo alentejano. Resultado? Entre 1887 e 1929 (Campanha do Trigo), o Alentejo – e sobretudo este Alentejo litoral – foi colonizado pela enxada que desbravava, pelo incêndio que arroteava e pelo adubo químico que criava a ilusão de que o Alentejo podia ser a nossa Ucrânia. Ilusões cerealíferas à parte, o certo é que o Alentejo foi colonizado pela geração dos meus bisavós e avós

através do regime de aforamento. O que era o aforamento? Por via da velha enfiteuse (renda que ficava na mesma família durante três gerações), grandes proprietários arrendaram enormes parcelas (os foros) das suas propriedades que estavam abandonadas há séculos por desleixo ou precaução. Muitas vezes, estes acordos eram selados com apertos de mão e mediante o pagamento em géneros (ex: um alqueire de milho). Numa segunda fase, o arrendatário subarrendava o foro em subforos. É por isso que quase todas as aldeias desta região têm “Foros” no nome: Foros da Pouca Sorte, Foros do Locário, Foros do Sobralinho, Foros da Casa Nova, Foros da Caiada, Foros dos Vales, Foros do Vale Coelhoinho, Foros da Pereira, Foros do Freixal, Foros da Barradinha Nova, Foros do Malhão, Foros da Zambujeira, Foros da Quinta, Foros da Queimada, Foros dos Pinheiros, Foros da Canada, Foros da Cascalheira, Foros dos Cadouços, Foros do Arneirinho, Foros do Monte Novo, Foros do Campo, Foros da Pouca Farinha. A *overdose* de foros indicia que, apesar da fraqueza do solo arenoso, a região foi invadida por gente humilde desejosa por um pedaço de terra que lhe garantisse uma vida independente e um estatuto social diferente.

A posse da terra era o factor de divisão social entre as três classes clássicas: lavradores (senhores da terra), seareiros (não tinham terra mas tinham searas pois arrendavam terra), trabalhadores (nem terra nem seara). Esta divisão era visível no mundo dos vivos e no mundo dos mortos. O cemitério do Vale de Santiago ainda é claro a esse respeito. Os humildes continuam a ser enterrados em campas rasas e anónimas, sem mármore, sem nome, sem epitáfio; são montículos ovais de terra onde crescem ervas daninhas e onde apenas se vê a tabuleta com o número burocrático do enterro. Os remediados continuam a ter campas de mármore com inscrições e fotografias. As grandes famílias continuam a

ter os seus jazigos – no Vale domina a família Vilhena. Se ainda é assim, a divisão era obviamente mais marcada no tempo antigo; o cemitério tinha de representar a pirâmide social, não fosse Nosso Senhor esquecer a etiqueta.

A história do meu bisavô Carlinhos e do meu avô materno entronca nesta grande história de colonização. Sou descendente de colonos. Não é metáfora: foram mesmo colonos. Quando a Tia Cidália tomou consciência de si própria (anos 30), o meu bisavô já tinha alugado um casebre em regime de enfiteuse nos Foros do Sobralinho; mais tarde, o meu avô, Manuel, tornou-se capataz da herdade da Tarrazina e com o dinheiro acumulado alargou o arrendamento para incluir um terreno de dois hectares onde a minha mãe nasceu e cresceu. Carlinhos e Manuel escavaram dois poços, fizeram carreiros na areia para a água deslizar, plantaram árvores de fruto, no fundo, transformaram um monte de areia e cinza num pequeno oásis. Ainda hoje a minha mãe se deleita com o tempo em que brincava no meio do milho, dos melões, das melancias, das batatas, dos feijões, dos tomates, dos pêssegos, dos figos; quando fala do seu velho monte, faz lembrar os retornados. Tal como os portugueses de África, recorda um espaço que foi erguido do nada, onde se plantava tudo e que agora é só mais uma plantação industrial de eucaliptos (o terreno foi vendido em 1972 antes da ida para Lisboa). A nostalgia é por vezes exagerada, mas o exagero é compreensível: quando somos as primeiras pessoas da história a humanizar uma parcela selvagem do mundo, nem que sejam só dois hectares, é inevitável ficarmos ligados para sempre a esse espaço. Num certo sentido, a cabeça da minha mãe nunca saiu do oásis onde cresceu, da mesma forma que os retornados são incapazes de sair das roças que deixaram para trás.

Mas esta não era uma vida de sonho. Viver na fronteira nunca é fácil. Como muitos outros, Carlinhos trabalhava à jorna

naquilo que aparecia. “Quando não havia trabalho, ia para a esmola”, diz Cidália. Mas o que era isso de ir à esmola? Era uma caminhada durante um ou dois meses pelo Alentejo fora, sem eira nem beira, parando para pedir comida, dinheiro ou trabalho nos montes e vilas, dormindo ao relento, roubando ovos dos ninhos dos pássaros, bebendo água de pegos e barrancos. Ou seja, o meu bisavô materno era maltês, embora da estirpe benigna. A julgar pelas descrições de Cidália, era um homem bonacheirão, brejeiro com as mulheres e mole com o filho que até tratava por “mano Manel”.

A história desta expressão (“mano Manel”) confirma a sua bonacheirice, com certeza, mas também ilustra a atmosfera de fronteira deste Alentejo que vivia fora da alçada da lei e da Igreja: Carlinhos vivia com uma mulher chamada Engrácia e, durante a gravidez, ela decidiu que não queria mais aquela vida de colona e partiu; ele só lhe impôs duas condições – o menino tinha de se chamar Manuel e, quando fizesse três anos, devia devolvê-lo. E assim foi. Engrácia devolveu Manuel no dia em que o menino fez três anos e os dois passaram a viver como irmãos, o mano velho e o mano Manel. Por si só, a história revela a distância entre estas populações e a moral cristã. É como se os alentejanos da fronteira tivessem sido os precursores da modernidade dos afetos.

Esta aparente modernidade alentejana era evidentíssima no início das relações. Se podia ser um inverno para mulheres casadas, o Alentejo também podia ser o espaço mais livre para as raparigas solteiras. Ao invés das nortenhas, as alentejanas não ficavam para tias. Este tema, diga-se, constituiu outro dos meus choques térmicos com o norte. Julgava que a mulher que ficava para tia era uma figura literária sem aplicação prática, mas, para minha surpresa, encontrei sempre celibatárias em todas as famílias que conheci a norte do Mondego. A família da minha mulher

é um bom exemplo. Não devia ter ficado surpreendido, porque os livros dizem há muito que a percentagem de portuguesas que ficavam por casar era elevada em comparação com outros países europeus: 22% no último quartel do século XIX; em 1990 ainda era altíssima, 16%. Sucede que estes números eram um reflexo do centro e norte do país; no sul elas arranjavam sempre homem. Esta liberdade da mulher alentejana era ainda reforçada pela idade média do casamento: em 1878, a nortenha casava pelos 27/28 anos, a sulista casava aos 23. Quais eram as causas destas diferenças? Como já mostrei, perder a virgindade e ser mãe solteira não implicava morte social imediata no Alentejo. A moça simplesmente saía da aldeia dos pais e ia morar na aldeia vizinha, trinta quilómetros ao lado. Até há uma moda do Cante que diz “fomos casar a terra alheia”. E, se a família recusasse, era muito fácil fugir de casa. Por outro lado, não era necessária cerimónia de casamento, nem civil nem religiosa, e o copo-de-água também não era exigido pela comunidade. “Ajuntavam-se, e pronto”, dizem os antigos como a Ti Cidália e tia Albertina. Quando exigiu casar a sério, a minha madrinha, irmã mais velha da minha mãe, foi alvo de chacota dos velhos da aldeia, que não compreendiam o desejo formalista da jovem.

Esta informalidade transformou o Alentejo litoral na zona da Europa com maior percentagem de uniões de facto. No final do século XX, os números ainda impressionavam: 29,1% dos casais de Santiago do Cacém constituíam uniões de facto; um padrão que se repetia em Odemira (28.1%), Grândola (26%), Alcácer (21.3%) e Sines (22.9%). Estes dados indicam que o padrão comportamental da família alentejana era (e ainda é) semi-cristão. Até grandes lavradores seguiam a linha anti-casamento e anti-Igreja. O velho Conde de Monsaraz não escondia o seu anticlericalismo, tal como o homem que matou Sidónio Pais, José Júlio

da Costa; o fundador das Ermidas, Manuel Joaquim Pereira, teve vários filhos sem casar – o que seria impensável num notável de uma aldeia, vila ou cidade do centro e norte. A subversão matrimonial também chegava ao clero: parte significativa dos padres enviados para o Alentejo acabava por estabelecer uma relação aberta de concubinato. No Alentejo era mais fácil ver um anjo a cair aos trambolhões do que um padre sem mulher. Aquilo que era tabu no norte era desprovido de escândalo no Alentejo. Para o alentejano, o escândalo estava num padre sem mulher. E se a hierarquia da Igreja atuasse contra o padre a viver em pecado, a comunidade levantar-se-ia em peso contra a hierarquia e a favor do pároco casadoiro. Inevitavelmente, encontrei nestas viagens um bisneto de padre.

À primeira vista, esta liberdade dos afetos parece indiciar um paraíso emocional. Mas convém escavar um pouco. É verdade que a mulher do norte era e é mais controlada pela sociedade, pela igreja, pela família, pelos jogos de heranças, mas em troca o norte criava e cria laços familiares mais fortes que funcionam como rede de segurança; estes laços existem porque se coloca o dever familiar acima dos meros afetos. Não devemos ignorar um familiar só porque não temos afeto por ele e, do mesmo modo, não devemos cuidar de um familiar só porque temos afeto por ele; devemos tratar dele porque esse é o nosso dever; tem de existir um centro moral que nos eleve acima da roleta russa do carinho e do rancor. A cultura alentejana não compreende este raciocínio moral porque está assente num individualismo radical que acaba por corroer o próprio conceito de família. Por outras palavras, além de desconfiar dos vizinhos, do Estado e da Igreja, o alentejano desconfia da própria família. O estado da natureza está no sangue.

No Alentejo, não existia nem existe o culto da família alargada. O alentejano considera que os seus deveres familiares estão

circunscritos ao núcleo duro (pai e mãe); os primos, tios, genros, cunhados e até irmãos e avôs têm tendência a desaparecer do mapa das responsabilidades e afectos. Porquê? Vejo quatro causas. Em primeiro lugar, a rapariga alentejana juntava-se com um rapaz e deixava para trás os pais que envelheciam sozinhos; as moças que ficavam para tias no centro e norte eram muito gozáveis, mas também eram as dobradiças e roldanas que unificavam a família alargada. No norte era normal vermos três gerações a viver debaixo do mesmo teto. Ainda em 1960, 20% das casas nortenhas tinham avó, mãe e neta a viver juntas; a sul, essa realidade rondava os 8%-12%. Se recuarmos no tempo, a distância aumenta. Em 1827, 25% dos fogos das paróquias de Viana do Castelo tinham várias gerações a viver juntas; em 1839, uma paróquia de Beja tinha apenas 2,6% de casas com esta amplitude geracional. Isto quer dizer que no norte o casamento não determinava a saída imediata da casa paterna. Ao invés, no Alentejo, o ajuntamento implicava autonomia imediata para o casal. “Casamento, apartamento” é o ditado que mais ouvi na infância. Em segundo lugar, as visitas à casa do casal alentejano eram raras e estavam confinadas à família dela, a família dele só aparecia em dia de funeral; os antigos ainda hoje não percebem porque é que a minha mãe vem duas vezes por semana a nossa casa ajudar-nos na lida da casa. Em terceiro lugar, a ausência de uma cerimónia pública (casamento) e da respetiva festa afastava ainda mais as pessoas – os rituais existem por uma razão. Em quarto lugar, é fácil esquecer aquele manto de meios-irmãos, meios-tios, meios-tios; sangue do meu sangue não é bem um adágio sulista.

A rarefação da família alargada já é grave por si só, mas o cenário torna-se ainda mais pestífero quando pressentimos que a desconfiança também atinge a relação entre pais e filhos. A brutalidade do estado da natureza até consegue afectar a mais

umbilical das relações. Andar pelo Alentejo e serra algarvia implica estar sempre a ouvir histórias de desavenças familiares que têm uma origem universal: filhos que não visitam os pais e vice-versa, apesar de viverem perto. A intimidade é impossível com os vizinhos, como já vimos. Não é impossível entre pais e filhos, mas é rara. Ora, este perfil afetivo não é um pormenor. A meu ver, estamos perante a causa do maior dogma alentejano: evitar depender dos filhos. É claro que qualquer pessoa de qualquer cultura prefere não ser um empecilho na velhice, mas isso não significa a criação de desconfiança em relação aos próprios filhos; assume-se que eles estarão lá na hora h. No Alentejo, esta confiança está corroída, pressentimo-la fraca. A psique alentejana parte do pressuposto de que a ligação pai-filho pode partir a qualquer momento. É como se o inconsciente alentejano assumisse que os filhos têm o direito de recusar cuidar dos pais na velhice. Como se vê, o punhal do estado da natureza está cravado bem fundo no coração alentejano, corta cordões umbilicais e deve ser o início de qualquer conversa séria sobre a grande especificidade do sul: a cultura do suicídio, o tio Jacintinho a baloiçar na corda do enforcado.

V.

O Norte de Portugal, que representa 35% da população, sofreu 43 suicídios em 2009, 48 em 2010 e 38 em 2011. O Alentejo, que conta apenas com 7% da população, sofreu 144 suicídios em 2009, 113 em 2010 e 105 em 2011. A diferença é avassaladora, e torna-se demencial quando isolamos o meu Alentejo. Se o Alentejo litoral fosse um país independente, seria a nação com a taxa de suicídio mais alta do mundo, superando até os países eslavos. Na Lituânia, líder mundial, a taxa é de 42 suicídios por 100 mil habitantes. No Alentejo, de Odemira e Santiago, os números podem chegar com facilidade aos 45, 50 ou mesmo 60 suicídios por 100 mil habitantes. Há Jacintinhos por todo o lado. Nestas viagens e nas posteriores entrevistas que fiz a alentejanos a viver em Lisboa, nunca encontrei uma pessoa sem uma história de suicídio na família. É o fenómeno mais transversal e um fator que reforça a típica tensão alentejana. Sempre considerei um exagero poético aquela ideia dos mortos a assombrar os vivos, mas no caso do suicida há mesmo uma assombração. Familiares e amigos ficam para sempre presos na pergunta mais incómoda: “e se?” E se eu tivesse falado com ele naquele dia? E se eu tivesse falado mais vezes com ele? E se não me tivesse zangado com ele tantas vezes? Estas perguntas ficam a pairar sobre os vivos como abutres em círculo.

Mas porque é que os alentejanos se matam com tanta facilidade? Quando se faz esta pergunta, a maioria dos alentejanos (repito: alentejanos) invoca três respostas: solidão, pobreza e o

duo paisagem/calor. Eu estava disponível para aceitar a validade das três hipóteses, mas nenhuma sobrevive à realidade. Não, a causa não é a solidão. As pessoas não se matam só porque estão sozinhas. Até há estudos que indicam que o suicídio aumenta nos períodos de maior contacto humano (meses de verão). O reencontro das famílias pode ser um fenómeno penoso. Neste caso, o reencontro traumático ocorre quando regressam à aldeia os irmãos que migraram para Lisboa; os irmãos que ficaram olham para os irmãos *lisboetas* e sentem que também podiam ter tido aquela roupa fina e aquela mulher decotada. A ascensão social pode ser dolorosa.

A causa não é a pobreza, porque muita gente bem na vida marca um encontro com a corda, a caçadeira, o veneno (605 forte) ou o poço. O tio Jacintinho, o grande detonador deste livro, vivia bem, era seareiro; no dia em que andei por Fornalhas e Vale de Santiago, matou-se um homem nos Foros da Casa Nova que tinha andado na escola com a minha mãe – vivia bem, fazia arroz. Devo ainda salientar que o mapa da distribuição da riqueza não bate certo com o mapa do suicídio. Trás-os-Montes e as Beiras interiores são tão ou mais pobres do que o Alentejo, mas este norte interior tem taxas de suicídio reduzidas. Além do mais, o desemprego e a crise não explicam a maioria dos suicídios. Sines chegou a ter, em 2012, uma taxa de desemprego de 18,6%, sendo o concelho onde a taxa de desemprego mais subiu entre 2010 e 2012 (+143,9%). Contudo, o número de suicídios não se alterou, foi sempre o mesmo: cinco por ano. Ao lado, Santiago não conheceu esse pico de desemprego, mas o número de suicídios foi sempre superior. Entre 2009 e 2012, ocorreram 54 casos em Santiago; mais três do que em Odemira.

A causa também não é a paisagem. Percebo a tese que invoca um encantamento da planície sobre o espírito dos homens; é

tentador pensar que aquela geometria permite um acesso mais rápido ao absurdo existencialista. Sucede que as regiões espanholas que prolongam a paisagem alentejana, Extremadura e Andaluzia, têm taxas de suicídio baixas. A explicação do suicídio não é paisagística, é cultural. Andaluzia e Alentejo partilham a paisagem e o clima mas são duas culturas opostas. Se o Alentejo é a lamúria do Cante negro, a Andaluzia é o Flamenco vermelho; se o alentejano tem pouca vida comunitária e religiosa, Sevilha é a terra das procissões e das tapas na rua. Para complicar ainda mais as contas da tese geográfica, o suicídio em Espanha está associado à Galiza, o prolongamento do Minho. Lugo é Santiago de Cacém dos espanhóis.

Há quem diga que a causa do suicídio é a genética. O ADN dos alentejanos, dizem, é propício à depressão. Não ponho isso em causa, mas a genética tem limites. Devido a uma série de fatores (endogamia, por exemplo), os genes até poderão explicar porque é que alguns alentejanos cometem suicídio, mas não explicam porque é que a maioria dos alentejanos não critica o suicídio; a genética até poderá explicar o comportamento dos mortos, mas não explica a atitude dos vivos, isto é, não explica porque é que a sociedade alentejana criou uma cultura que legitima o suicídio. A cultura não é uma construção da natureza, é uma construção humana, não é feita de genes, é feita de metáforas, de noções de bem e mal, de linguagens, de palavras, que podem ser tão ou mais poderosas do que os genes.

Ao contrário do que muitos pensam, as palavras não são só palavras. Os materialistas pensam que as palavras são irrelevantes de amanuenses, porque tudo o que interessa são os factos. Não percebem que nós vemos os factos através das palavras; são as palavras que constroem as lentes objetivas que nos permitem ver (ou não) a realidade empírica. No extremo oposto, os

pós-modernos pensam que as palavras são meros jogos florais sem implicações na realidade humana, é como se os textos vivessem num mundo paralelo meramente estético. Não percebem que nós vemos a moral e a legitimidade através das palavras; são as palavras que constroem as lentes subjetivas que nos permitem detetar os dilemas morais que são a essência da condição humana. Ora, o que distingue o Alentejo não é a pobreza, a paisagem, o calor, a solidão ou a genética, mas sim a arrumação do suicídio na prateleira amoral, no ângulo morto da moral. O alentejano não vê o suicídio, ou melhor, não o encara enquanto fenómeno ilegítimo ou passível de criar dilemas. E isto sucede porque a cultura alentejana não tem as palavras que permitem a contestação moral do suicida. Tal como eu não tinha a palavra certa (*pobreza*) para descrever a casa dos meus avós, tal como a tia Albertina não tinha a palavra necessária (*malária*) para sentir piedade por quem fervia em febres tropicais, tal como a minha avó não tinha os conceitos morais necessários (*escolher, livre arbítrio*) para compreender o meu desejo pela leitura, tal como os meus avós não tinham o conceito moral (*criança*) capaz de gerar carinho pelos filhos, tal como os alentejanos do passado que não tinham a palavra certa para diabolizarem os filhos ilegítimos (*bastardo*) e tal como as alentejanas que não possuíam o termo certo (*violação*) para condenarem os abusos que sofriam, os alentejanos de hoje ainda não têm a linguagem adequada para condenarem o suicídio. Em todos os dias desta aventura, quer nas cidades quer nas aldeias, ouvi sempre variações das seguintes frases: “antes que dê trabalho, mato-me” e “então não *se* *havera* de matar!”. Ouve-se isto a qualquer hora e em qualquer lugar, no café, na tasca, no supermercado, na rua, em casa de conhecidos ou familiares. São frases bordão que aparecem com enorme espontaneidade. O alentejano, aliás, só é espontâneo para dizer “mato-me”. E quando ouve vezes sem

contas frases espontâneas como “eu também me matava se me tivesse acontecido aquilo”, uma pessoa habitua-se, o indizível passa a ser dizível e a porta abre-se (os tabus não existem por acaso). Quando percebe que ninguém da sua lidação contesta o argumento “é um grande homem porque se matou”, uma pessoa começa a pensar que aquilo que era ilegítimo é, na verdade, um imperativo categórico. No Alentejo, a eutanásia não é um debate, é um modo de vida; o suicídio alentejano não é um ato individual, é uma prática coletiva.

A normalidade do suicídio começa no omnipresente estado da natureza. A maioria da população alentejana encara o suicídio como um fenómeno natural, tão natural como o vento a passar nos sobreiros. O laço da corda no pescoço é visto como um acontecimento da história natural e não da história humana; é um ato amoral da natureza e não uma escolha moral do homem. Certa vez, quando tentava abrir a porta de um restaurante, uma senhora que passava avisou-me: “tá fechado, ele matou-se. Tá vendo aquele ajuntamento além? É o funeral”. Ela proferiu estas palavras com uma naturalidade desapiedada, como se estivesse a comentar o tempo, a forma das nuvens ou o canito da vizinha; o tom da voz não se alterou, ficou plano como a planície; era como se o senhor tivesse ido trocar uma nota na loja ao lado. Qual é o grande problema desta visão naturalista? Torna impossível contestar o fenómeno. Como é que se contesta um desastre natural? Ele simplesmente ocorre. Um terramoto não tem agência moral, não quer fazer mal ou bem, apenas acontece. A partir do momento em que encara o suicídio como um pequeno terramoto interior, o alentejano fica fora do alcance de qualquer argumentação moral, fica fora do alcance das palavras. Na mente alentejana, discutir se o suicídio é moral ou imoral é uma contradição em termos, da mesma forma que é uma contradição em

termos discutir a moralidade de um maremoto ou tempestade. Tragicamente, o olhar do suicida também tem algo de natural ou animal. Quando se tentar argumentar com uma pessoa prestes a cometer suicídio, ela responde com os olhos baços e desapiedados do tubarão que aparece no BBC Vida Selvagem.

Claro que esta visão naturalista denota a ausência da linguagem católica. Não é novidade para ninguém que a fraca religiosidade é uma alavanca suicida. No norte, a cultura católica sempre viu no suicídio o pecado da soberba, o pecado de Judas que se matou porque pensava que era especial, porque era orgulhoso ao ponto de considerar que não tinha perdão. Pedro também traiu Cristo, mas foi o primeiro Papa. Longe da visão católica, o Alentejo aproximou-se de Judas e afastou-se de Pedro. Em conversa com o padre de Santiago, fiquei a saber que nos últimos anos apenas uma católica se tentou matar no concelho inteiro. Não é um dado de somenos importância. Este é um concelho fustigado pelo suicídio, que, por vezes, assume a forma de epidemia familiar: o pai mata-se, o filho mais velho mata-se, o filho mais novo mata-se. A explicação religiosa porém não chega. A distância em relação à Igreja e à fé é apenas uma das parcelas do estado da natureza que tem moldado a cultura alentejana. Como já tentei mostrar, o estado da natureza normaliza ou naturaliza todas as formas de violência humana (suicídio incluído) e cria uma distância entre o alentejano e a comunidade e – acima de tudo – entre o alentejano e a própria família. Esta desconfiança ou falta de à-vontade com os próprios familiares revela-se, por exemplo, na vividez dos homens. Quando ficam viúvos, os alentejanos entram num infernal mundo novo, descobrem que não conseguem fazer nada sozinhos, nem cozer um ovo, e descobrem sobretudo que não confiam em ninguém no que toca à higiene pessoal, o maior melindre das pessoas idosas. Nem confiam nos filhos ou filhas

para essa tarefa. Ainda hoje é fácil encontrar no Alentejo (e na família) homens que revelam esta absurda incoerência: enquanto são adultos autónomos exigem que as filhas façam tudo em casa, porque homem-que-é-homem não deve cozinhar, pôr e levantar a mesa, lavar e passar roupa, fazer e desfazer a cama, fazer compras; mais tarde, quando perdem a autonomia devido à velhice, recusam a ajuda das filhas. É um absurdo quase cómico: forçaram as filhas a fazer aquilo que eles deviam ter feito enquanto estiveram bem de saúde e depois são incapazes de aceitar a bondade alheia quando perdem a independência. Os alentejanos encaram a caridade como uma ofensa, recusam depender da bondade de estranhos mesmo quando os estranhos são os filhos.

Este orgulho transforma qualquer viúvo alentejano num suicida em potência. A GNR isolou 39 mil idosos em Portugal que acumulam duas características: vivem com enormes debilidades motoras mas recusam deixar a sua casa. Apesar da baixa densidade populacional, Beja é o distrito com mais casos: 3914, logo seguido por Viseu com 3755; Leiria apresenta o número mais baixo, 822. Mas o problema aqui não é a quantidade mas a qualidade. Se Beja e Leiria trocassem de números, os 822 alentejanos provocariam mais suicídios do que os 3914 idosos da zona oeste. Há idosos orgulhosos e ciosos da sua independência em qualquer parte do país, mas é no Alentejo que existe uma cultura que autoriza de imediato o salto para a solução mais rápida. Fiéis ao velho porte alentejano, muitos homens preferem o fim abrupto na corda do que um fim prolongado e acarinhado pelas filhas e filhos. “A mim ninguém lava o cu, mato-me logo”, costuma dizer um familiar.

Durante o almoço no café de São Domingos, tornou-se evidente que era necessária uma segunda volta na conversa com a Ti Cidália. Este segundo *take* teve lugar na casa da nossa anfitriã,

que é a típica casa alentejana: fresca e asseada como nenhuma outra. Mendiguei uma segunda ronda, porque restava um novelo por explorar. Durante o almoço, quando falou de passagem no “Jacintinho”, Cidália deu uma entoação sarcástica ao *inho* e de seguida disse: “essa peste de que me livre!”. Disse isto no pressuposto de que eu sabia. Mas é claro que não sabia. No estrito respeito pelo *omertà* sulista, a minha mãe nunca se sentiu confortável para me contar que Cidália foi a primeira mulher de Jacintinho; Ti Cidália foi a tia Cidália. Aturou-o durante alguns anos, mas acabou por fugir para Lisboa via Grândola, deixando para trás os filhos. “As mulheres sofriam muito nesse tempo, meu menino”, disse em jeito de justificação. Não a censuro. Se tivesse ficado, teria sido ela a receber a picareta de Jacintinho na jugular, teria sido o sangue dela a colorir a parede tarantinesca que me despertou há vinte e cinco anos. E, com ou sem picareta, a verdade é que as mulheres alentejanas sofriam mesmo muito. As minhas avós não foram exceção. Embalada pelo ato de contrição, Cidália foi buscar ao armário fotos antigas do meu pai sem bigode ou barba, sentou-se na poltrona e desbobinou o passado da minha avó materna.

Perto do final da vida, já com filhos casados, o avô Manel casou com a sua mulher de sempre para que ela tivesse direito à pensão de viuvez criada por Marcello Caetano. A noiva, a minha avó Joaquina, era filha de uma mulher idêntica a Maria Francisca. Ou seja, a minha bisavó materna, de seu nome Maria Geneveva, era um clone da minha bisavó paterna: também teve vários filhos de três homens diferentes – a avó Joaquina (filha de outro pai incógnito), Emílio (filho do segundo homem), Etelvina, Conceição e o fundamental Jacintinho (filhos do terceiro e derradeiro companheiro). Com todo o rigor genealógico, posso então adiantar que tenho na família os quatro tipos de *mãe alentejana*

inventariados pela antropóloga Isabel Marçano; entre avós e bisavós, tenho a mãe solteira, a mãe solteira que casa posteriormente com um homem que não o pai da criança, a mãe em união de facto com pai da criança, a mãe solteira que casa com o pai da criança. Não, não tenho uma árvore genealógica, tenho uma floresta genealógica composta por uma interminável rede de meios-tios, meios-tios avôs, meios-primos.

Além de ter sofrido com a ausência do pai, Joaquina sofreu com o esmero alcoólatra do marido. Manel era alto, bonito, bêbado e imprestável. Dos Foros do Sobralinho até São Domingos eram duas horas a pé por três caminhos alternativos: Corgo Fundo, Aldraba, Vale Dioguinho. Fosse qual fosse o caminho, o cenário era sempre o mesmo: a minha avó levava um filho pela mão, outro ao colo e ainda equilibrava um cesto na cabeça; ele ia atrás leve como uma pena. Protótipo do pai biológico, Manel nem sequer tocava na prole. A minha mãe lembra-se do dia em que recebeu o primeiro e último carinho do pai: por mero caso afagou-lhe o rosto enquanto vestia uma saia nova. Manel tinha ainda o hábito de levar lá para casa os camaradas da taberna que comiam a comida reservada para a minha mãe e tios. Este hábito até atingiu um pico cinematográfico: certo dia, acolheu um maltês que havia fugido da prisão. À tardinha, o homem chegou ao monte e entrou de imediato na galhofa com Manel, que deu ordens à mulher, “mata uma galinha para o jantar”. Morrendo a boca de raiva, Joaquina lá fez o jantar com a preciosa galinha enquanto Manel aprendia a atirar com o revólver do bandido, sem nunca se aperceber do medo estampado no rosto dos filhos. O maltês manjou a galinha com o revólver pousado na mesa, dormiu no casão, acordou, comeu outro manjar raro ao pequeno-almoço (ovos e linguiça frita), saiu e foi roubar um rebanho de ovelhas numa herdade vizinha. Era assim a vida com

o avô Manel. O meu outro avô, apesar de nunca ter propiciado estes momentos de *thriller*, também não era santo. Havia dias em que forçava a avó Diamantina a levar-lhe a comida à venda; passava dias fora de casa, de baile em baile, um hábito que se manteve já na velhice. Ia com o meu pai, mãe, tios e tias aos bailes nos Foros da Casa Nova, Bicos ou Fornalhas. A avó ficava em casa comigo e com os meus primos e nem considerava a situação como uma humilhação.

Ao ouvir estas histórias de irresponsabilidade e violência dos meus avôs e demais homens alentejanos, lembrei-me das histórias das ONGs que trabalham hoje em dia em África. Melinda Gates, por exemplo, tem uma regra de ouro: o dinheiro da ajuda internacional deve ser dado às mães e não aos pais; dar dinheiro aos homens é o mesmo que dar dinheiro à taberna, à sala de jogo, ao bordel; dar dinheiro às mulheres significa apostar na alimentação, saúde e educação das crianças. O Alentejo dos meus avôs era assim. Não os censuro, mais uma vez. Naquele contexto, eu teria sido o maior pândego. No entanto, se não os censuro, também não posso evitar uma óbvia aritmética sentimental: quer no lado materno quer do lado paterno, devo tudo às minhas avós. Posso respeitar os avôs, mas só posso acarinhar as avós. Devemos-lhes tudo. Basta olhar para os factos. Em meados do século XX, a taxa de mortalidade infantil de Portugal era a mais alta da Europa. Em 1960, ainda era de 83 bebés mortos em 1000. Nem a Roménia era pior. O que tem isto de relevante? As minhas duas avós tiveram dezasseis partos e nenhum bebé ficou para trás, todos sobreviveram. Não foi milagre ou sorte. Houve, isso sim, um esmero maternal que tinha o seu quê de revolucionário. No seu clássico antropológico do início do século XX, *Através dos Campos*, Silva Picão afirmou que, apesar do infanticídio directo já não ser frequente, ainda se praticava infanticídio indirecto no Alentejo.

Os casais pobres com quatro ou mais filhos rezavam para que Deus levasse dois ou três; nem sequer se preocupavam em alimentá-los ou acudi-los na doença; os moços andavam semi-nus pelos campos com as próprias mães a apelidá-los de “filhos da curta”; eram criados como crias de uma ninhada e só ganhavam o respeito dos pais quando começavam a trabalhar aos sete anos. Esta educação darwinista, digamos assim, começou a ser contestada pela geração das minhas avós, que faziam trinta por uma linha para, por exemplo, comprarem cabras para que não faltasse leite aos bebés e crianças. A história um dia fará justiça a esta geração de mulheres que criou o conceito de *criança* entre o fim da roda dos expostos (final século XIX) e o advento da pílula. E o que é mais espantoso é que elas iniciaram esta revolução mental contra a miséria, contra os elementos e, sobretudo, contra a cultura marialva dos maridos.

Poderíamos supor que uma sociedade progressista na hora do casamento só pode ser uma sociedade progressista na hora do divórcio ou separação, mas essa suposição estaria errada. No campo dos costumes, o Alentejo era progressista e reaccionário ao mesmo tempo. O progressismo alentejano terminava quando rapaz e rapariga se juntavam. A partir desse momento, ela era dele. Até aos anos 90, o Alentejo foi tão ou mais tradicionalista do que o norte no tema do divórcio/separação. Até corria na Igreja um adágio que dizia “no Minho há sacramentos sem mandamentos, no Alentejo há mandamentos sem sacramentos”. Ainda me recordo de mães que deixaram de falar às filhas que pediram o divórcio e de mães que até tomaram o partido do ex-genro.

Como se vê, a cultura machista do sul é idêntica à cultura machista do norte. Neste sentido, de novo poderíamos supor que a violência doméstica no Alentejo só pode ter números similares

aos do norte. Mais uma vez, a suposição lógica estaria errada. A esmagadora maioria dos homicídios da violência doméstica – feminicídios – ocorre na Grande Lisboa e no norte; os *Manuéis Palitos* fazem parte da paisagem humana do norte, não do Alentejo. Quando confrontado com a traição (real ou imaginada), o nortenho mata a mulher em nome da honra; quando confrontado com a possibilidade de ser corno, o alentejano salva a honra masculina de outra forma: mata-se. Os números disponibilizados pela UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta) confirmam este abismo cultural entre o homem do norte e o homem do sul. Os números do feminicídio nos distritos de Beja, Évora e Portalegre são baixíssimos; no distrito de Setúbal, os números são elevados devido à Margem Sul. Em todo o distrito de Évora apenas quatro mulheres foram assassinadas, entre 2004 e 2014, em contexto de violência doméstica; ocorreram nove feminicídios em Beja e seis em Portalegre. Quando afinamos a recolha por concelho, esta curiosidade torna-se ainda mais visível: durante uma década (2004-2014), Odemira, Santiago do Cacém e Sines nunca aparecem nos registos de feminicídio; ocorreram feminicídios em apenas quatro concelhos alentejanos (Évora, Elvas, Beja e Castro Verde). Quando reorientamos a pesquisa para as tentativas falhadas de feminicídio, as diferenças acentuam-se de novo. No distrito de Beja, entre 2004 e 2010, ocorreram duas tentativas falhadas, em Aveiro registaram-se trinta e quatro. Claro que o distrito de Aveiro (735 mil habitantes) tem mais população do que o distrito de Beja (150 mil), mas essa diferença populacional não é dois para trinta e quatro.

Estes números não significam que o alentejano é mais decente do que o nortenho. O machismo do sul é tão virulento como o machismo do norte, a diferença está na canalização da violência; lá em cima a violência marialva provoca uma explosão,

cá em baixo provoca uma implosão, o suicídio. No Alentejo, o divórcio ou a mera possibilidade do divórcio ainda representa a morte social, sobretudo na subcultura da taberna e do Cante. Antecipando o massacre de perguntas e insinuações do grupo de petiscos e das cantorias (“então, a tua ex-mulher anda com outro!”), muitos alentejanos preferem a morte física à morte social. Deste modo, a par da viuvez, o divórcio ou a ameaça de divórcio é a grande causa cultural do suicídio dos homens alentejanos. À semelhança da viuvez na velhice, a separação conjugal na meia-idade provoca uma crise no ideal masculino que é resolvida com o suicídio. Embora elas tenham mais razões de queixa, são eles que se revelam mais frágeis.

Quando saímos da casa da Ti Cidália, o meu pai foi à procura de um homem que tinha “sementes das boas”. Já um pouco cansado deste quixotismo agrícola, tentei explicar-lhe que as sementes são todas iguais, que não há pureza na semente alentejana por oposição à semente que encontra em qualquer loja da Grande Lisboa, mas ele não quis saber. Estava a encher o carro de sementes com os “sabores antigos” e não havia nada que o demovesse: “se tu estás a encher esse caderno de memória, eu estou a encher a bagageira de sementes”. Não encontrámos porém o tal mago das sementes, e voltámos para o carro. No caminho de regresso, passámos mesmo junto à igreja onde são realizados os funerais da família. Sem dizer nada, o meu pai sentou-se, calado e soturno, no banco exterior da casa mortuária onde há quatro anos passou 24 horas de agonia durante o velório do irmão mais velho, o tio Francisco. É outro estranho paradoxo: poderíamos assumir que o povo que aceita o suicídio com normalidade só pode ser um povo que não sofre com a morte (natural) dos outros. Novo erro. Não há momento mais doloroso do que um funeral alentejano.

Ir a um enterro em São Domingos, Alvalade, Bicos ou Santiago é entrar numa rara experiência de desespero. Para começar, ninguém abandona o corpo durante a noite do velório. Na primeira vez em que assisti a um funeral no norte (Sepins), fiquei surpreendido quando por volta das oito da noite toda a gente foi para casa, deixando o corpo sozinho na sala mortuária. Nunca tinha visto semelhante coisa. Nos nossos funerais (no Alentejo e em Lisboa), os familiares nunca abandonam o corpo durante a noite. Só as crianças podem fazer gazeta. Como não se acredita em Deus e na eternidade da alma, resta este derradeiro respeito presencial pelo corpo. Ficar ali ao estilo de uma guarda de honra é a nossa maneira de rezar. A raiz histórica do fenómeno é fácil de explicar: hoje em dia, os padres demoram quarenta e cinco minutos a chegar às aldeias; antigamente estavam a meio dia de distância; o ritual do velório ficava assim a cargo das pessoas, que, sem acesso às senhas litúrgicas, só podiam prestar respeito ao corpo.

Há nesta guarda de honra uma evidente nobreza de carácter, é uma espécie de ética militar que não deixa ninguém para trás. Contudo, é uma nobreza de faroeste, é uma grandeza que esconde o lado abrasivo da morte no Alentejo. No dia seguinte, quando o corpo se prepara para beijar a terra, rebenta um enorme descontrolo emocional. Em comparação com o norte, há mais gritos e desmaios. Há desespero – sinal de uma cultura que não acredita na transcendência e que, em consequência, vê no funeral um final absoluto e não um ponto de passagem. Por outro lado, a ausência do ritual religioso impede a criação de um filtro para o desespero, cada um sofre para seu lado porque não há uma ritualização coletiva da morte. É o exato oposto do que se passa no norte. Nem de propósito, o sogro da Marta morreu durante estes dias, forçando-me a um triste e inesperado reencontro com a religiosidade nortenha.

Nas igrejas de Santiago, São Domingos ou Alvalade, o choro da viúva é um som isolado que faz eco nas paredes nuas e que nunca é acompanhado por um coro; o choro alentejano é um diálogo sem direito a banda sonora de fundo, choramos sozinhos. Na aldeia do Vasco, encontrei um choro diferente, um choro que nunca está sozinho, porque há dezenas de vizinhas a rezar o terço, marcando a atmosfera com a cadência ritmada do Pai Nosso Que Estás No Céu Santificado Seja O Vosso Nome Seja Feita A Vossa Vontade. Rezar o terço deve ser o ritual mais gozado da pós-modernidade, mas devíamos ter a humildade para abrir os ouvidos: dezenas de mulheres a rezar o terço criam uma cortina de som que protege a viúva, os filhos, os irmãos; aquele ritmo cadenciado comove-nos e ampara-nos, é a comunidade unida na dor, o funeral deixa de ser uma travessia individual, a morte torna-se menos desesperante. Se o tivesse aprendido a tempo e horas, eu teria rezado o terço ali naquela aldeia junto à fonte do Mondego.

VI.

Após o funeral já não fazia sentido continuar a aventura. Era tempo de dizer adeus. Numa reviravolta irónica mas certa, despedimo-nos da Marta, do Vasco e do David numa recôndita aldeia beirã rodeada não por chaparros mas por fragas de granito, e iniciámos a viagem de regresso a Lisboa. Claro que o meu velho declarou de imediato que a primeira paragem só podia ser a sua horta à beira da ribeira de Frielas, a congénere suburbana das ribeiras de Campilhas e de São Domingos. Já lá estava um amigo à espera da riqueza que acumulámos na bagageira durante a expedição alentejana.

Sentido o ocaso da aventura, o meu companheiro de viagem fez a pergunta que se impunha ali pelos lados de Tondela: “e então?” Qualquer outra pessoa teria perguntado “então o que achaste do Alentejo?” ou “encontraste as tuas raízes nesta imensa jornada antropológica?”, mas, no respeito escrupuloso pela segura familiar, o meu pai não gastou mais do que seis letras para questionar um *road movie* que percorreu milhares de quilómetros e que provocou dezenas de conversas e entrevistas. O que respondi? Bom, meu velho, as minhas raízes gelaram há muito. A linhagem do velho Alentejo termina aqui o seu caminho, não passará para as minhas filhas. Não quero que elas sejam alentejanas, porque eu próprio não me sinto alentejano. Sinto-me mais confortável na aldeia do Vasco do que na aldeia dos meus avós, sinto-me mais em casa em Arouca do que em Santiago. Sou filho

de uma migração que saiu do Alentejo mas não sou nem quero ser alentejano. Os sinais de esperança representados pelo David, Marta e Margarida ainda não têm a força necessária. Talvez o Alentejo se torne respirável quando a geração do David, qual Ulisses, reconstruir a identidade sulista. Mas por enquanto sinto demasiadas arestas: o ar desconfiado das pessoas, a distância gerada pela excessiva formalidade, os tabus sobre o passado, a falta de bairrismo, a ausência de liberdade e privacidade, o individualismo radical, a frieza emocional que nunca fala com as mãos e, acima de tudo, a cultura suicida. Quero as minhas filhas afastadas do sussurro melífluo que, à porta do velório do suicida, diz o seguinte: “foi a escolha dele, temos de respeitar”. Não, não temos de respeitar. Até porque o que está em cima da mesa não é só a visão naturalista do suicídio da grande maioria da população. A par desse ângulo amoral, digamos assim, existe uma espécie de vanguarda que romantiza a figura do suicida. Em jantares de família é frequente ouvirmos os mais velhos a glorificar pessoas que se suicidaram; nem a presença de crianças à mesa bloqueia frases como “atão não *se haverá* de matar!” ou “matou-se, foi homem corajoso”. Não quero as minhas filhas no perímetro deste discurso.

Numa das entrevistas que conduzi em Lisboa, uma rapariga com ligações a uma das aldeias do concelho de Santiago disse-me com todas as letras que tem orgulho na cultura suicida do Alentejo, pois considera o suicídio um ato de liberdade belo e total e não admite que lhe digam que não pode tentar o suicídio só porque tem filhos. É claro que este discurso me provoca volúpia literária. O mistério do suicida atrai-me e percebo porque é uma banda portuguesa que aprecio, os *Moonspell*, faz odes ao suicida alentejano:

The morning shame that you can't take

The Mandrake's root. In Venenum Veritas...

(...)

Bullet, root, Blade and Rope

All hold so dear.

Percebo este encanto estilístico e narrativo do suicida, mas, quando o assunto nos bate à porta, o estilo deixa de contar e fica difícil seguir outra faixa que diz “*so this is the exemplar death style (...) my fatal freedom*”. Quer isto dizer que devo diabolizar o suicida? Não, não vou cair no extremo do meu pai, que, já na área de serviço de Pombal, gritou bem alto “os suicidas são cobardes”. Em tempos já pensei assim, mas hoje sei que a cabeça do suicida é demasiado complexa para ser chutada para a baliza que vai da cobardia à valentia. No entanto, a opinião do meu pai, apesar de precipitada, contém a raiz daquilo que defendo: o meu herói é o que fica, o que resiste, o que encara a derrota, o que recusa a saída abrupta da corda. Que compromisso posso então traçar com o suicídio? Posso respeitar um suicida em concreto, mas tenho o dever de rejeitar a cultura suicida que existe no Alentejo; posso admirar um sujeito que me diz a chorar que já se tentou matar várias vezes, mas não posso respeitar aqueles que dizem “é um grande homem porque se matou”; posso respeitar um alentejano que se mata, mas não posso respeitar o Alentejo que aceita esse suicídio sem sobressalto. Por outras palavras, não sou alentejano. Como escritor, sinto um fascínio doentio pelos alentejanos, desde os guerrilheiros aos suicidas, passado pelos malteses e colonos como o bisavô Carlinhos, mas sinto-me longe daqui como cidadão e pai. No início destas viagens ainda me sentia um traidor quando pensava nestes termos. Agora, depois de milhares de quilómetros e dezenas de entrevistas, já não sinto o travo metálico da traição. Sei porém que muitos só conseguirão ver nessas páginas a marca de Judas. A essas pessoas quero dizer apenas

uma coisa: não vejam aqui uma declaração de traição, vejam uma declaração de óbito – o óbito da minha esperança em pertencer.

Há uns anos, quando comecei a projectar este livro, ainda pensei que era possível descobrir em mim uma identidade alentejana que me resgatasse do complexo do desenraizado. Como todos os migrantes de segunda geração, sentia-me sem terra. Há quem viva marcado pela ausência do pai, da mãe, ou pela morte precoce de um irmão. Eu vivia marcado pela ausência de raízes. Quando me perguntavam “és de onde?” nem sabia o que responder. Não era do Alentejo dos meus antepassados, não era de Lisboa e também não era dos bairros onde vivia. Os dormitórios da Grande Lisboa não dão sentimento de pertença a ninguém. Vivi em sítios (Odivelas) com uma densidade populacional de 5484 habitantes por km² que não conseguem oferecer aquilo que Alcoutim (5 habitantes por km²) garante à partida: sentido de pertença, um castelo para defender, a emoção do regresso a casa. Em resposta a este vazio, ainda projetei a minha incorporação na tal alma alentejana. Em 2010, escrevi no *Expresso* o seguinte:

“Nasci em terra de ninguém. É impossível sentir amor por esse enorme estaleiro de obras que a Grande Lisboa. Não sou de onde nasci mas também não sou de Lisboa onde vivo. Mas então qual é a minha terra? (...) Ao folhear a “Pormenores” (revista sobre o Alentejo) senti um daqueles balázios metafísicos. O Alentejo dos meus avós e pais é a minha terra. Aquele silêncio é a minha banda sonora. É no Alentejo que me sinto em casa” (...) é através do Alentejo que posso respeitar Portugal por inteiro”.

Agora fico constrangido quando leio este excerto. É evidente que estava a mentir a mim mesmo, até porque nem sequer

visitava o Alentejo. Nesta e noutras crónicas, forcei a nota num tom sentimentalista que procurava em desespero o sentimento de pertença; queria olhar-me ao espelho para ver o regresso do filho pródigo do Alentejo, queria que o Alentejo fosse a minha terra prometida.

No dia em que comecei estas viagens – o dia do casamento – já não tinha grande esperança, mas ainda pensei na possibilidade de um milagre, de uma epifania que me levasse a bater no peito com fervor marcial, “sou alentejano”. Mas não vivi essa conversão, não tive direito a sarças-ardentes entre sobreiros e estevas. Sim, é verdade que tenho memórias reais e alentejaníssimas e não – como cheguei a temer – meras projecções da minha imaginação. A alegria que era passar o dia a apanhar tomate na plantação da prima mais velha junto ao canal de rega de Campilhas, as corridas de bicicleta que fazia com o meu irmão entre a barragem e a aldeia, a calma que sentia quando trepava chaparros altíssimos que me permitiam ler romances longe dos olhares reprovadores da avó, o delírio que era ver jogos do Benfica na venda junto de pessoas que nunca tinham ido ao Estádio da Luz, o estranho prazer dos mergulhos na água apocalíptica da barragem, o sorriso de menino que o meu pai fazia assim que chegava às praias no seu Fiat 127, a minha mãe a pentear os longos cabelos brancos da avó Diamantina, num ritual que elas julgavam secreto, mas que eu espiava empoleirado naquela parede que era apenas um muro alto entre o quarto escuro e o quarto dos avós, o cheiro do café no lume, o cheiro dos candeeiros a petróleo que iluminavam a casa na hora da deita, o silêncio que partilhava à lareira com a avó quando éramos os únicos a pé às sete da manhã e enquanto ela enrolava o longo cabelo branco num carrapito logo tapado pelo lenço preto, enfim, todo o meu estendal de memórias tem mesmo base factual, não são projecções esperançosas e falsas da

minha imaginação ou do meu desejo de pertencer. Mas se não são sonhos também não são âncoras, não me garantem qualquer sentimento de pertença. São pingos somente, não formam uma corrente capaz de me levar. Não, o Alentejo não é a minha terra prometida. Resta-me, portanto, reconhecer que o sentimento de pertença é o meu ângulo morto. Sou rafeiro, mestiço, bastardo, não um bastardo de sangue como Diamantina e Joaquina mas um bastardo de solo. Não sou alentejano e os bairros onde cresci à volta de Lisboa tornaram-se-me estranhos; quando lá volto, sinto que entro num filme cujos diálogos já não conheço; tento representar o papel que me é devido por respeito aos meus pais. A cidade onde vivo, Lisboa, também não é minha, serei sempre um estrangeiro na corte. É um sentimento estranho, quase fantasmagórico, mas é no Porto que me sinto em casa; é com as pessoas do norte que estabeleço uma empatia imediata, epidérmica, visceral. Então porque não mudar a minha vida para o Porto, Braga ou Aveiro? Seria mais um esforço patético e sentimental. Se não posso ser o filho pródigo do sul também não vou ser o cristão-novo do norte. Não tenho nem terei terra. Não pertença. A migração familiar que nos fez sair da miséria e que me permitiu desafiar as leis de ferro da minha avó e dos Espírito Santo é também a causa deste vazio. A liberdade tem um preço.

Da área de serviço de Pombal até Lisboa demorámos hora e meia. O meu velho estava com pressa de pisar a sua horta junto à ribeira de Frielas; estava com pressa de abrir a Arca de Noé vegetal que trazia na bagageira, queria plantar as sementes e os pés de plantas naquela antiga horta saloia que hoje em dia é um terreno baldio encravado entre fábricas, oficinas, bairros clandestinos, prédios de três andares com marquises e vias rápidas que – entre Loures e Odivelas – metralham zunidos de carros, camiões

e motas. Ajudei-o a descarregar a carga preciosa e, entretanto, chegou o seu companheiro de labuta, o Sr. António, outro desenraizado, outro filho do êxodo rural dos anos 60, outro bastardo de solo que trazia consigo sementes da sua zona (Baixo Douro). Sem perderem tempo, iniciaram uma dança antiga com a terra e a água: cavaram e amanharam uma parcela da horta, enterraram sementes e com as enxadas esculpiram um regueiro na terra para que a água deslizesse até à pureza recém-plantada – tal e qual como um canal das barragens; assim que aquela primeira parcela recebeu água suficiente, fecharam o respectivo regueiro com um dique de terra, mas ao lado fizeram uma pequena abertura para que a água deslizesse para um regueiro contíguo, perpendicular e destinado a outra parcela da horta; repetiram esta dança dezenas de vezes e, ao final de uma hora, um terreno outrora seco estava agora coberto por uma malha de linhas de água paralelas e perpendiculares que nos ofereceu uma sensação de ordem no meio da selva suburbana. É irónico. No passado, o meu pai, como todos os alentejanos, foi desumanizado pela natureza, mas agora usa essa mesmíssima natureza para tentar humanizar uma selva criada pelo homem. A liberdade tem sempre um preço.

Agradecimentos

Agradeço a uma série de autores de livros e ensaios sobre o Alentejo. Embora seja um livro pessoal e baseado em trabalho de campo (e familiar), *Alentejo Prometido* também resulta de muitas leituras. Entre muitos outros, não posso deixar de destacar os seguintes autores: José Cutileiro (*Ricos e Pobres no Alentejo*), Isabel Marçano (*Filhos de Engano*), Silva Picão (*Através dos Campos*), José Navarro (*Terra Firme*), Pacheco Pereira (*As Lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve*), Orlando Tur, Francisco Veiga, Catalina Viñas, Rui Jacinto, Carlos Saraiva (*O suicídio em Portugal e Espanha*), Paulo Barriga (*Terra Vermelha*); num trabalho deste tipo, ainda é impossível não mencionar a influência de Orlando Ribeiro (*Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*), José Mattoso (*Identificação de um País*), Nuno Gonçalo Monteiro e César Oliveira (*História dos Municípios e do Poder Local*) e a equipa da Pordata.

Agradeço a confiança de António Araújo, um dos homens mais cultos deste país e o editor certo para esta coleção. Agradeço à Fundação Francisco Manuel dos Santos. Este agradecimento é feito como autor, como é óbvio, mas também como leitor. Durante décadas, quando um lisboeta dizia a palavra “Fundação”, toda a gente assumia que ele estava a falar da Fundação Gulbenkian. Hoje em dia, quando um lisboeta diz “Fundação”, a maioria assume que ele está a invocar a Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Agradeço a todos os alentejanos e alentejanas a viver em Lisboa que aceitaram conversar comigo. Foram fundamentais

para confirmar ou infirmar as impressões que trazia do terreno. Tal como sempre lhes garanti, a sua identidade nunca é revelada.

Agradeço à minha família em geral. Como fator mínimo de protecção, ninguém aparece no livro com o nome real. Troquei nomes e, muitas vezes, coloquei pessoas em locais errados. Agradeço sobretudo ao “Vasco”, ao “David”, à “Margarida” e, sobretudo, à “Marta”. A coragem da “Marta” comove-me há vários anos e espero que este livro lhe faça justiça. Se não fosse por ela, eu já teria perdido o contacto com o Alentejo. Para mim, a “Marta” é o Alentejo. É por isso que este livro é dedicado às minhas avós, às minhas filhas e à minha prima “Marta”.

Agradeço ainda à “Ti Cidália” e à “Tia Albertina”, vozes de outro tempo. Agradeço à minha madrinha. Agradeço ao meu putinho – o meu irmão.

Agradeço os comentários de uma série de amigos antes, durante e depois da conclusão do manuscrito. Ei-los: Alexandre Homem Cristo, Sofia Estanqueiro, Bruno Faria Lopes, Sofia Lobato, Francisco Pedro Balsemão, David Lopes. Este livro também é um pouco deles. Agradeço as correcções, críticas e elogios ao primeiro esboço de Maria Filomena Mónica, Bruno Vieira Amaral, José Rentes de Carvalho, Henrique Monteiro e Rui Ramos. As suas palavras foram fundamentais na fase mais fascinante da escrita: a reescrita, o refazer. O título até é do Bruno.

Agradeço aos meus sogros: foram fundamentais nos meses finais, cada um à sua maneira.

Agradeço à minha mulher, a única pessoa que surge com o nome verdadeiro no livro. A Ana é e será sempre a minha primeira e última leitora. E só ela sabe o que na verdade este livro representa para mim.

Agradeço à minha mãe, talvez a grande autora deste livro. Com revelações que caíam do nada, foi mudando o curso do livro.

Este livro não seria possível sem a sua coragem. A coragem é uma virtude e até uma estética literária. Quando tenho essa coragem, estou a seguir a minha mãe.

Agradeço ao meu pai, o grande companheiro desta viagem. Quando chegamos à idade adulta, temos a tentação de pensar que somos apenas o fruto do nosso esforço, das nossas leituras, da nossa inteligência. Não é bem assim. O meu pai era um homem diferente lá no bairro, não gostava muito do ambiente do café ou da taberna. Preferia ficar em casa a ver filmes, quase sempre de *cowboys*. Eu ficava com ele em casa. Parecendo que não, isto protegeu-me, abriu-me as portas para ser aquilo que sou hoje. Este é o meu primeiro filme de *cowboys*. Prometo fazer mais.

Retratos da Fundação

Director de Publicações: António Araújo

Prematuros

João Pedro George

Portugal de perto

Nuno Ferreira

Longe do mar

Paulo Moura

Portugal em ruínas

Gastão de Brito e Silva

Terra firme

José Navarro de Andrade

Na Urgência

Joana Bénard da Costa

Aleluia!

Bruno Vieira Amaral

Malditos, histórias de homens e de lobos

Ricardo J. Rodrigues

Atelier

Diogo Freitas da Costa

A escola

Paulo Chitas

Os últimos marinheiros

Filipa Melo

A porteira, a *madame* e outras histórias de portugueses em França

Joana Carvalho Fernandes

Esquadra de polícia

Susana Durão

Telenovela, Indústria & Cultura, Lda.

Eduardo Cintra Torres

Alentejo prometido

Henrique Raposo

Conheça todos os projectos da Fundação em www.ffms.pt

